



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA

LAMPIÃO E AS REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

CAJAZEIRAS-PB

2012

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA

LAMPIÃO E AS REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

**Monografia apresentada a disciplina
Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura Plena em História, do Centro
de Formação de Professores, da
Universidade Federal de Campina Grande,
para obtenção de nota.**

**Orientador: Prof. Me. Isamar Gonçalves
Lôbo**

CAJAZEIRAS-PB

2012

LAMPIÃO E AS REPRESENTAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA

FOLHA DE AVALIAÇÃO

MONOGRAFIA DEFENDIDA EM ____/____/____

ORIENTADOR

Ms ISAMARC GONÇALVES LÔBO

BANCA EXAMINADORA:

DR^a. MARIA LUCINETE FORTUNATO

DR^a. MARIANA MOREIRA NETO

SUPLENTE

Ms. FRANCINALDO DE SOUSA BANDEIRA

CAJAZEIRAS-PB

2012

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado especialmente a minha mãe, **Vicência**, que nunca mediu esforços para que eu estivesse aqui; sem a senhora o sonho não seria possível. Muito obrigada pelo apoio, carinho e amor incondicional dedicado a mim. Esta vitória é muito mais sua do que minha.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS** por ter me possibilitado chegar até aqui.

Em especial aos meus Pais **João Bosco e Vicência Gomes**.

Aos meus irmãos **Aparecida, Socorro, Damiana, Rodrigo, Talvano, Ildeberto e João Paulo**.

Durante estes cinco últimos anos muitas pessoas participaram da minha vida. Algumas conhecidas já de longas datas, outras conhecidas mais recentemente. Dentre estas, algumas se tornaram muito especiais para mim, cada uma a seu modo, seria difícil não mencioná-las. Ei-las:

Meu orientador professor Me. **Isamarc Gonçalves Lôbo**, pelo empenho, pelos valiosos ensinamentos, pela atenção e paciência que sempre teve comigo, o meu muito obrigada.

A **Ana Cristina** e sua família, por terem sempre me acolhido em sua casa.

A **Ana Cleide, Safira Julie e Erivaneide**, amigas e colegas de curso, pelas ótimas histórias vividas e longos papos no corredor da UFCG; pela amizade e por ajudar a tornar a minha vida acadêmica mais leve e divertida.

A **André**, pelas discussões sempre tão valiosas acerca da educação; a **Evandy**, pelas caronas inúmeras vezes me concedidas gentilmente.

A todos os Professores do Curso de História, da UFCG, Campus de Cajazeiras, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

A professora Ma. **Adriana Sidralle**, por ter feito as devidas correções ortográficas.

Aos demais amigos que contribuíram de forma direta ou indireta, os meus agradecimentos.

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado. Um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que haviam se zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era que um via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um outro lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso dessa dupla existência da verdade. (FERNANDO PESSOA).

RESUMO

O Cangaço configura-se, na História do Nordeste Brasileiro, como um movimento relevante deixando marcas na memória, na cultura e no imaginário popular. Esse grupo de meliantes povoaram a história do sertão nordestino com suas façanhas por um longo período de tempo, mas tendo o auge do florescimento e ganhando maior notoriedade na primeira metade do século XX.

Cada representação elaborada sobre os cangaceiros vem carregada com estigmas dos interesses dos vários grupos e setores sociais. Um importante espaço de construção e de representações sobre Lampião foi a historiografia.

Tendo a historiografia como suporte teórico, voltamos nossa atenção para a construção da personagem Lampião através das várias faces que lhe são atribuídas pelo discurso histórico, de Hobsbawm, Chandler e Facó.

Dessa forma, pretendendo compreender como esses discursos contribuíram para a construção de sua personagem.

Hobsbawm busca compreender Lampião através das condições econômicas da sociedade em que ele viveu, e o apresenta como vítima do sistema de exploração, o aponta como um Homem que não aceitava submeter-se às ordens dos coronéis, e que, conseqüentemente, acabou entrando para o cangaço.

Já Facó faz uma análise das condições em que viviam a massa despossuída de terra, e que era explorada pelos latifundiários; assim atribui a entrada de Lampião para o cangaço às condições de desigualdades sociais.

Chandler preferia acreditar que Lampião era vítima de uma sociedade desigual, numa terra onde a justiça não funcionava de forma igualitária para todos, acreditando ser Lampião, um oportunista que se aproveitara da situação em que vivia e buscava se beneficiar com isso.

Palavras- Chave: Historiografia, Nordeste, Cangaço, Lampião.

ABSTRACT

Cangaço is configured, in Brazilian Northeast History, as a relevant movement, leaving traces in memory, culture and popular imagination. This group of miscreants populated the history of the northeastern hinterlands with his exploits for a long period of time, but having the height of flowering and gaining greater prominence in the first half of the twentieth century. Each representation prepared about the outlaws comes loaded with stigmata of the interests of various groups and social sectors. An important area of construction and representations about Lampião was historiography. Having historiography as theoretical support we turn our attention to the construction of character Lampião through the various faces assigned to him by the historical discourse, of Hobsbawm, Chandler and Facó. So I intend understand how these discourses contributed to the construction of his character, where each historian recounts the events that have contributed, or would justify his life in banditry. Hobsbawm seeks to understand Lampião through the economic conditions of the society where he lived, and presents him as a victim of the operating system, pointing him like a man who refused to submit himself to the orders of the colonels, and consequently joined to the cangaço. Already Facó analyzes the conditions in which the mass without land lived, because they were exploited by landowners. Thus he assigns the join of Lampião to the banditry, to the conditions of social inequality. Chandler preferred to believe that Lampião was the victim of an unequal society, in a land where justice did not work equally for all, believing that Lampião was an opportunist who had taken advantage of the situation in which he lived and sought to benefit himself about it.

Keywords: Historiography, Northeast, Cangaço, Lampião.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....09

CAPÍTULO 1 - DE NORTE A NORDESTE

1.1. A ideia de Nordeste.....12

1.2. Um novo regionalismo.....17

1.3. Imagens do Nordeste.....19

CAPÍTULO 2 - CONFLITO NO CAMPO: ÍNICIO DO SÉCULO XX

2.1. O sistema latifundiário.....	24
2.2 O aparecimento do cangaceirismo.....	29
2.3 A estrutura coronelística.....	34

CAPÍTULO 3- AS REPRESENTAÇÕES DE UM MESMO HOMEM: LAMPIÃO

3.1 O que é historiografia.....	37
3.2 A Caracterização do bandido social.....	40
3.3 A vida e a morte de Lampião.....	44
3.4 A transformação de Virgulino em Lampião.....	46
3.5 Perspectivas de Lampião: Facó, Hobsbawm e Chandler.....	49

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

A partir da leitura e análise historiográfica buscamos apresentar o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, vulgo “Lampião” nos diferentes discursos que são construídos sobre ele.

Nessa perspectiva de estudo, utilizamos como suporte teórico a historiografia, que dispõe de livros de história como documentação básica, partindo da concepção de Forastieri, que entende que estudos historiográficos, é o estudo que envolve reflexões, de várias naturezas, sobre os historiadores e suas respectivas obras.

Propomo-nos a analisar a personagem Lampião através desses estudos historiográficos. Dessa maneira nos apropriamos de obras como **Bandidos** de Eric

Hobsbawm, **Lampião, o rei dos cangaceiros** de Billy Jaynes Chandler e **Cangaceiros e Fanáticos** de Rui Facó numa tentativa de comparar suas perspectivas sobre o cangaceiro mais famoso que percorreu os sertões nordestinos.

Como os estudos historiográficos têm por finalidade saber como um determinado tema tem sido tratado ao longo do tempo, por vários autores e suas respectivas obras, nos apropriamos das ideias desses autores para poder compreender um pouco mais sobre a história desse cangaceiro, da região onde ele viveu e de como ele se transformou em um *fora da lei*.

Contemplando as supracitadas obras de Hobsbawm, Chandler e Facó através de suas obras mencionadas acima, fizemos uma análise da vida de Lampião, buscando entender os variados crimes, o ambiente em que o cangaço floresceu e, sobretudo, as diferentes versões historiográficas de Lampião.

A partir da segunda metade do século XIX, os conflitos no antigo Norte, hoje denominado Nordeste, se intensificaram entre famílias rivais que visavam o controle político de seus “currais eleitorais”. O sertão surgirá aos olhos da sociedade como um lugar povoado por grupos armados de cangaceiros, pela seca devastadora e pela miséria que assolava aquela região.

Partindo dessa idéia, o Nordeste surgirá em substituição ao antigo Norte, como uma área castigada pelas secas, pelo banditismo, pela violência, pelo atraso econômico e social, imagens calejadas no imaginário social nos dias de hoje. O cangaço, um dos males que flagelaram durante décadas esta região do País, passa a ganhar notoriedade na imprensa do País, como uma terra de gente selvagem e com instintos animais. Nascido dentro dos códigos de honra do Sertão, o cangaço irá marcar seu povo e sua cultura com os estigmas de violência, da honra e da busca da justiça que se faz com o sangue.

O cangaço surgiu então como produto de uma vida difícil que levou os indivíduos à marginalidade, começando pelos jagunços dos coronéis até a rebeldia plena, o cangaço.

No sertão, os grandes proprietários de terras, os “coronéis” eram também os chefes políticos, dominando politicamente um município, exercendo um poder patriarcal sobre a população; poder determinado pelo número de pessoas que trabalhavam para eles e aos quais assegurava proteção, e também, pela quantidade de armas de que dispunha para garantir o poder.

Os jagunços protegiam as terras de seus respectivos donos, os coronéis, que mantinham seus domínios vigiados para evitar roubos e saques, os quais possuíam verdadeiros exércitos de homens armados para lhes assegurar a ordem dentro de suas propriedades.

Graças a centralização das terras produtivas nas mãos de uma pequena minoria, a maioria da população vivendo em estado de penúria, muitos se juntaram formando bandos que passaram a roubar e saquear as propriedades alheias, dando origem aos cangaceiros, que se diferenciavam dos jagunços. Os cangaceiros, por não possuírem patrão, agiam por conta própria. Assim, o cangaço ganha cada vez mais adeptos e começa a representar perigo para a propriedade e para os bens dos sertanejos.

É em meio a frequentes atos de assassinatos, geralmente ligados a rivalidades por disputas de terras, que surgirá a figura de Lampião como um cangaceiro vingativo, que veio fazer justiça, limpar a sua honra com sangue. Uma história que possui múltiplas faces, cercada por ambiguidades, essa é a história do cangaceiro Lampião, que deixou sua marca registrada, seja pela crueldade ou pelos muitos feitos que lhe são atribuídos. Lampião imprimiu no sertão nordestino, sua marca, temido por muitos, seja pelo medo ou por admiração que causava na população rural, esse fora da lei foi por muito tempo considerado um bandido sem igual, que já apareceu nos sertões nordestinos.

A história de Lampião se tornou algo que não para de crescer, seja pelos feitos que lhe foram atribuídos, seja pelo exagero de alguns contadores de histórias, Lampião tornou-se objeto de estudo, símbolo de pertencimento da história rural do cangaceirismo do nordeste.

Falar em nordeste é falar em cangaço, seca e demais mazelas que são atribuídas a região nordestina. Imagens impregnadas na mente dos contemporâneos, graças aos discursos que foram atribuídos à região nordestina, sempre como uma área miserável, carente, pedinte, necessitada de ajuda. Discursos solidificados como sendo a região nordestina, castigada e sempre necessitada de socorros públicos, como se o nordeste fosse apenas seca, miséria, violência, banditismo e selvageria de seu povo, onde afloram místicos, fanáticos e cangaceiros.

Essas foram as imagens que sempre povoaram a mente daqueles que ouviam falar em nordeste, classificando a região em selvagem e bárbara, longe de ideais civilizados, e que sua gente sempre fora vista como violenta e marginalizada.

Acreditar que homens como Lampião, fora vítima de uma injustiça, para explicar sua entrada e permanência no cangaço, talvez seja elementos suficientes para se acreditar em vingança, em honra. Mas, ao mesmo tempo, contemplaria apenas uma das versões que são apresentadas sobre ele.

Talvez Lampião tenha se valido dessa justificativa para seus atos abomináveis e para sua conduta selvagem e inaceitável em muitos dos casos, para se apresentar como homem em busca de reparar sua honra, ou talvez, justiceiro, que não admitia ser desrespeitado, insultado e agredido, sem reagir da mesma maneira, buscando a justiça, através da violência, respeito, admiração e, porque não, temor.

O presente trabalho esta organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos a ideia de como o Nordeste surgiu em substituição ao antigo Norte. Passando pelo novo regionalismo, e pelas imagens construídas sobre o Nordeste. No segundo capítulo falaremos sobre o sistema latifundiário, o aparecimento do cangaceirismo, e a estrutura coronelística. E no terceiro capítulo apresentamos a caracterização do bandido social, a vida de Lampião, a transformação de Virgulino em Lampião, e as perspectivas de Lampião.

CAPÍTULO I

DE NORTE A NORDESTE

O Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 39)

1.1 A ideia de Nordeste

A exclusão das províncias do Norte do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878, talvez seja o primeiro momento em que os discursos dos representantes das oligarquias desta área, discutem a diferença de tratamento e de situação econômica e política entre Norte e Sul.

De acordo com Mello (1999), a crise na produção açucareira, a seca e a venda de grande número de escravos para o Sul tornam o Congresso Agrícola de Recife, organizado como num evento de críticas, a atuação discriminatória do Estado Imperial em relação a este espaço no que tangia a investimentos, política fiscal, construção de obras públicas e política de mão-de-obra. (não falta alguma palavra aqui?)

Para os homens públicos do Império e, em grande parte, também da República Velha, a geografia regional do Brasil era bem simples: existiam as províncias, do norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias, do sul, do Espírito Santo ao Rio Grande. Nada de nordeste, sudeste ou centro-oeste.

Por Norte, entendem-se as áreas de grande lavoura de exportação que ia, do Maranhão ao Recôncavo Baiano e que se especializara, no fabrico do açúcar e no cultivo do algodão, produtos que até o advento da borracha amazônica ocuparam o segundo e o terceiro lugares na pauta de exportações brasileiras, constituindo, com o café, os pilares da economia do Segundo Reinado. (MELLO, 1999, p. 14).

Até este período, o Brasil era pensado como constituidor de dois blocos regionais homogêneos. Ao criar o IHGB, o Governo Brasileiro estimulou estudos que levaram a uma nova proposta de divisão do País. O Brasil deixaria de ter dois grandes blocos regionais, e se fragmentaria em cinco regiões: o norte, o nordeste, o sudeste, o centro-oeste e o sul.

O uso do vocábulo “Nordeste” passou a designar a área que vai do Maranhão a Bahia, sendo raro encontrá-lo mencionado na bibliografia anterior a 1930. De acordo com Mello,

Ao ciclo de grandes secas de fins do século XIX e começos do XX e a criação de organismos encarregados de combater-lhes os efeitos, é que se deveu em grande parte a percepção do Nordeste, a qual, entretanto, levou algum tempo a transitar da linguagem geográfica a política, a econômica, e ao cotidiano. (1999, p.15)

Ainda de acordo com o autor, a transição do trabalho escravo para o livre na grande lavoura do Império se processou em condições desiguais, de mão-de-obra no norte e no sul. Enquanto a grande lavoura açucareira pôde incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres. A lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias, cujos produtos de exportação, o açúcar e o algodão, não encontravam no mercado internacional a demanda do café.

Ao contrário do norte açucareiro, o sul cafeeiro pôde recorrer à imigração européia, a qual, entretanto, só tardiamente afluiu as fazendas de São Paulo, preferindo inicialmente os núcleos coloniais, com base na pequena propriedade, instalados pelo Governo Imperial nas províncias meridionais.

Já na Amazônia, a mão- de- obra exigida pela expansão das exportações de borracha foi atendida pelos excedentes demográficos de faixa árida das províncias do norte, especialmente, o Ceará.

Estes foram, de acordo com Mello (1999), os traços necessariamente esquemáticos, as formas diversificadamente regionais que tomaram a substituição do trabalho escravo pelo livre nas áreas dominantes da economia brasileira nos últimos vinte anos do regime monárquico.

Graças ao monopólio da terra pelos engenhos, e depois, pelas usinas, a lavoura canavieira pôde integrar a massa de trabalhadores livres. Incorporação que se deu, mediante trabalho assalariado. Nos últimos vinte anos do regime monárquico, o trabalho livre adquiriu uma participação substancial no total da mão-de-obra empregada na grande lavoura nortista.

Devido a diferença de produtividade entre o café, de um lado, o açúcar e o algodão, do outro, o dreno da escravaria nortista para as fazendas do sul era inevitável, a menos que os poderes públicos intervissem para proibir o tráfico.

Para deter o fluxo migratório das províncias do Norte foi criado um pesado imposto sobre cada escravo exportado. Já que a demanda por braços era crescente para atender as necessidades da lavoura cafeeira, que se expandia pelo oeste paulista. Segundo Galliza (1979, p. 119),

A legislação provincial, numa tentativa de conter a evasão de cativos, elevou o imposto sobre o escravo despachado. Após a grande seca de 1877-79, esse tributo foi aumentado de novo, pois o tráfico interprovincial se intensificou durante o flagelo.

Os representantes sulistas viam essa medida como uma violação do direito de propriedade e uma interferência no livre jogo de mercado. O tráfico interprovincial de escravos proporcionava o mais antigo dos motivos de disputa entre a grande lavoura do Norte e do Sul do Império.

Devido à especialização regional do açúcar no norte, café no sul, a migração do braço escravo de um para outro setor assumia um caráter predominantemente político, de desequilíbrio regional.

O tráfico interprovincial feneceu, quando as províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo estabeleceram pesados impostos sobre escravos importados. Segundo Galliza, enquanto a primeira fixou, em 1880, a taxa de um conto e quinhentos para a transferência de escravos procedentes de outras províncias, em Minas Gerais e São Paulo o averbamento passou a ser taxado em dois contos de réis, nos anos de 1880 e 1881, respectivamente. As Assembleias Legislativas das províncias cafeeiras tomaram essa medida por temerem o desequilíbrio que se acentuava entre o norte e o sul do País. Ainda de acordo com a autora,

A seca que concorreu muito para o esvaziamento de cativos, também contribuiu para a desorganização do trabalho no sertão, área mais atingida pela calamidade. Cativos pressionados pela fome abandonaram ou fugiram das fazendas e transformaram-se em salteadores. Agregaram-se a grupos de bandoleiros que agiam nos sertões. (1979, p. 122)

Para a grande lavoura do norte, o problema fundamental, nestes anos de crise econômica, que foram também os de declínio da ordem monárquica, não residia só na substituição do trabalho escravo pelo livre, mas na questão dos chamados auxílios a lavoura, que de acordo com Mello, (1999, p. 101)

Era uma política de crédito, política fiscal e de investimentos em obra de infra-estrutura, uma série de medidas, como o crédito hipotecário e agrícola, a redução ou eliminação dos impostos gerais e exportação, a modernização das técnicas de fabrico do açúcar (engenhos centrais) e até mesmo certas iniciativas que beneficiavam indiretamente a agricultura como os melhoramentos materiais, estradas de ferro e portos.

Apesar de todo o crédito dado a lavoura e a redução de impostos constituírem opções compatíveis, não havia consenso, a nível governamental, no tocante à prioridade

a ser dada a um e outro tipo de medida, o que ocorria mesmo entre representante da mesma região ou do mesmo setor da grande lavoura nortista.

Uma séria crise de estrutura minava a economia agrária nacional. O regime escravista vivia seus últimos dias, no período de 1879 a 1888 eram gerais os protestos das classes produtoras que clamavam contra as oscilações violentas nos preços do café, da borracha e algodão; a falta de elasticidade do meio e as deficiências da organização de crédito.

Mal estar esse agravado com a promulgação da lei Áurea, sancionada em 13 de Maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil, assinada pela princesa Isabel, pela forma como foi feita, ausência de indenizações aos proprietários de escravos, falta de previdência quanto à desorganização completa que a lei viria ocasionar e que, de fato ocasionou, pois, não foi colhida metade das safras de 1888.

Não seria naturalmente, a indenização pelos escravos libertos em cada fazenda que iria salvar a situação. A crise era de estrutura, crise de um sistema econômico que atingira a fase máxima de sua decadência, sem que, na maior parte do País tivessem surgido, em larga escala, relações de produção de tipo superior, a base do trabalho livre. De acordo com Facó (1980, p. 11),

Não era só a crise do instituto escravista, era também a crise do latifúndio pré-capitalista. Os trabalhadores livres importados da Europa em escala considerável, no decênio anterior, e que depois da Abolição, concentram-se em São Paulo, onde não se fazia sentir os tão alardeados efeitos calamitosos da lei de 13 de maio.

Ao contrário, São Paulo, com seu trabalho livre em suas fazendas, veria sua produção crescer, enquanto se arruinava a do estado do Rio de Janeiro e, sobretudo, a do Nordeste. Na última década do Império o débito que pesava sobre os engenhos e algodoads do Norte era muito grande e no sul a maioria das fazendas estavam hipotecadas. Esta era a situação da economia agrícola do Brasil na qual, na prática, já não pertencia aos que exploravam. Ainda de acordo com o mesmo autor,

A parcela da economia nordestina que conseguiu sobreviver a Abolição foi a agroindústria do açúcar. Renovara-se tecnicamente na década que precedeu a extinção do regime escravocrata. De 1875 a 1885 instalaram-se várias usinas de açúcar, modernamente equipadas. (1980, p. 11)

Mas, estas usinas expressavam uma fase de arruinamento de um setor da agricultura que desde os inícios da colonização, fora o sustentáculo de toda uma classe

parasitária, cujo esplendor atingira o segundo reinado. Era a classe dos senhores de engenho, sem se renovar durante quatro séculos, não podia mais sustentar a concorrência da produção estrangeira no mercado internacional. A queda dessa classe coincidia com a queda do Império e a Abolição da Escravatura, pois era uma classe, também de escravagistas. Para Facó, (1980, p. 11-12)

Iria substituí-la uma nova classe, a dos usineiros, que não empreenderam nenhuma revolução na zona canavieira, implantaram uma nova estrutura mecânica para a elaboração do açúcar, mas aproveitaram ao máximo o arcabouço do velho latifúndio do antigo engenho.

Coexistiram, por algum tempo, antes da emancipação dos escravos, os trabalhadores escravos, no eito, e os trabalhadores livres em geral, na usina. Quando chega a Abolição, a mudança é imperceptível, já que todos continuam sendo explorados pelos usineiros.

Notável particularidade do advento das usinas no fim do século XIX é o gigantismo do latifúndio canavieiro, que intensificava, assim, o processo de monopolização das terras, as quais, na região nordestina, se concentravam cada vez mais nas mãos de uma minoria.

A situação da população do campo no fim do século XIX e mesmo em pleno século XX não se diferenciava muito daquela de 1856. Eram frutos da decadência de um sistema econômico-social que procurava sobreviver a si mesmo. Os passageiros surtos econômicos neste ou naquele ramo da agricultura serviram apenas para evitar uma explosão de todo o sistema.

1.2 Um novo regionalismo

Na produção literária brasileira, segundo Muniz (2001), o regionalismo já se manifestava, pelo menos, desde as décadas de cinquenta e sessenta do século XIX. A literatura regionalista procurava afirmar a brasilidade por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de tipos e personagens, por paisagens sociais e históricas de cada área do país, reduzindo a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas.

A produção regionalista do início do século evidenciava o projeto naturalista-realista de fazer uma literatura fiel a descrição do meio, que se diferenciava cada vez mais e se tornava cada vez menos natural, com o avanço das relações burguesas.

Os Sertões de Euclides da Cunha, publicado em 1906, é sempre tomado como um marco dessa produção nacional naturalista. Para Albuquerque Júnior,

O livro Os Sertões é, um marco, no sentido de que esboça os elementos com que vai ser pensado o problema de nossa identidade nacional. É um livro que fornece imagens e enunciados para os discursos regionais, onde aparece formulado o par de opostos que vai perpassar os discursos sobre nossa nacionalidade. O paulista versus o sertanejo. (2001, p. 53)

Ainda de acordo com o autor, a relação entre sertão e civilização é sempre encarada como excludente, sendo o litoral o espaço que representa o processo colonizador, local e culturas voltadas para a Europa. O sertão aparece como o lugar onde a nacionalidade se esconde livre das influências estrangeiras.

O sertão surge como a colagem dessas imagens, cangaço, latifúndio, messianismo, secas, pequenas cidades, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea, é essa a ideia que se remete ao interior do País.

A diferenciação progressiva entre Norte e Sul do País já era tema de diferentes discursos, desde finais do século XIX. A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, e cargos no Estado.

O discurso da seca e sua indústria passam a ser a atividade mais constante e lucrativa das províncias e depois nos estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais, a produção de açúcar e algodão.

A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua calamidade, a seca. As manifestações de descontentamento dos dominados, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área, são atribuídos a seca, e o apelo por sua solução torna-se um dos principais temas dos discursos regionais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 58)

Discurso esse que, traçando “quadros de horrores”, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas

e econômicas que envolviam todos os estados sujeitos a este fenômeno climático. A descrição das misérias e horrores do flagelo tenta compor a imagem de uma região abandonada, marginalizada pelos poderes públicos.

Segundo Albuquerque Júnior, o discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que se chama de interesses dos estados do Norte, compondo a imagem de uma área miserável, sofrida e pedinte. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocavam como porta-voz daquele espaço sofredor. Para ele

O banditismo e o cangaço eram também outros temas que, eleito pelo discurso do norte para atestar as conseqüências perigosas das secas e da falta de investimentos do Estado na região, de sua não modernização, adquire uma conotação pejorativa que vai marcar o nortista ou o nordestino com o estigma da violência, da selvageria. (2001, p. 61)

O cangaço só vem reforçar essa imagem do nortista como homem violento e do Norte, como uma terra sem lei, submetido ao terror dos bandidos e facínoras, além da violência de suas oligarquias.

A descrição das façanhas dos bandidos e suas narrativas sobre o cangaço são um dos raros momentos em que o Norte tem espaço na imprensa do Sul. Assim, como quando ocorria repressão a movimentos messiânicos, secas ou lutas fratricidas entre parentelas.

Estas narrativas servem para marcar a própria diferença em relação ao Sul e veicular um discurso civilizatório, moralizante, racionalista, em que remetem as questões do social. O Norte é dessa maneira apresentado como exemplo do que o Sul não deveria ser.

O chamado romance de trinta institui como temas regionais, a decadência da sociedade açucareira, o beatismo contraposto ao cangaço, o coronelismo com seu complemento, o jagunço e a seca como a epopéia da retirada. Esses temas, presentes na literatura popular, no discurso político das oligarquias, foram agenciados por essa produção literária, tomando-os como manifestações que revelariam a essência regional.

Esses temas folclóricos, tradicionais, foram resgatados para participarem de uma estratégia política de denúncia das condições regionais. Estratégia de trazer à tona suas misérias e tudo aquilo que podia servir de indício de descontentamento com a nova sociedade que se instaurava.

Seja pelas práticas que suscitou, de auxílio aos flagelados, de controle de populações famintas, de adestramento de retirantes para o trabalho, de envio de socorros públicos, de mecanismos de controle das obras contra as secas.

A imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir da seca e do deserto, ignorando-se todas as áreas úmidas existentes em seu território. A retirada, o êxodo que ela provocava, era a garantia da continuidade e da eternidade deste espaço regional, mesmo que fosse na desgraça e na miséria. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.121)

A seca surge na literatura como aquele fenômeno detonador de transformações radicais na vida das pessoas, desorganizando as famílias social e moralmente. A seca é responsabilizada, pelos conflitos sociais na região, pela existência do cangaceiro e do beato, naturalizando -se as questões sociais.

Estratégias de trazer à tona suas misérias e tudo aquilo que poderia servir de indício para chamar a atenção com a nova sociedade que se instaurava. O tema da seca foi, sem dúvida, o mais importante, por ter dado origem a própria ideia da existência de uma região a parte, chamada Nordeste.

1.3 Imagens do Nordeste

Reconhecendo a diversidade interior do próprio Nordeste, Gilberto Freyre apresenta um Nordeste tendo como base a civilização do açúcar.

Apresentando o Nordeste a partir de Pernambuco, como uma região não uniforme, Freyre voltou-se, sobretudo, para aquele nordeste da cana de açúcar, aquele que melhor conhecia e de onde se originara.

Segundo o autor (2004), a região que fora povoada nos primeiros séculos de colonização, e que por meio de culturas diversas surgia uma sociedade com características próprias, mas tendo por base três categorias que se entrecruzavam, o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como mão de obra explorada em larga escala.

Ainda de acordo com Freyre, durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar, e no Brasil, a história do açúcar onde atingiu

maior interesse humano foi na terra de massapê e argila, que compunha o solo nordestino.

Segundo o autor, o empobrecimento do solo, em tantos trechos do Nordeste, foi também causado pelo efeito da erosão, das queimadas de que a monocultura da cana de açúcar precisava para desenvolver o seu plantio. Para Freyre, (2004, p. 49)

A cana de açúcar, que era a senhora absoluta das terras, passou a sofrer concorrência de outra lavoura de exportação que interessava os grandes proprietários, o algodão. Embora este concorrente tenha sido vencido na região úmida, foi durante alguns anos concorrente da economia açucareira.

A concorrência do algodão constituiu também um problema para a cana de açúcar, que era considerada até então como cultura imperial, apossara-se das terras, conquistara as várzeas de massapé, destruiu as matas e só permitia que outras lavouras se desenvolvessem, nas áreas em que ela não podia ocupar. A cultura do algodão, que se iniciara na região úmida, logo se propagou para o agreste e para o sertão como que repelida pela cana e pelo clima.

De acordo com Freyre (2004), como o algodão não exigia grandes capitais para a sua expansão, nem avultado número de braços para o seu cultivo, a lavoura algodoeira esteve ao alcance de sitiantes, moradores, pequenos proprietários e até mesmo de escravos. Além da plantação fácil e acessível às diferentes camadas sociais, juntou-se a culturas de subsistência, ou seja, fava, milho, feijão e mandioca, o seu curto ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas, conseqüentemente, não ocupava braços durante todo o ano, como ocorria com o açúcar.

Dá a cultura do algodão, na segunda metade do século XIX, quase não usava o trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores, mesmo quando a procura de braços se tornou grande, e a mão de obra insuficiente.

Sociedade essa em que o mestre de Apipucos¹ se referia, tendo como base o açúcar, de um passado de poder e riqueza, região cujo perfil era de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira imperial.

Freyre apresentou um nordeste de riquezas, aristocrático, em contraposição ao “outro” nordeste de Djacir Menezes, que apresentou um nordeste semi árido, área das

caatingas, onde as condições de vida eram determinadas pelo meio, onde, segundo ele, remontam os místicos e os bandidos.

Gilberto Freyre foi um dos autores que, em seu livro intitulado **Nordeste**, não buscou traçar os limites do espaço nordestino. Em sua obra, apesar de admitir a existência de dois Nordeste, volta-se apenas para um deles, aquele que melhor conhecia. “Esse é o nordeste agrário, da cana de açúcar que se alonga por terras de massapé e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa.”(FREYRE, 2004, p. 37).

Já o Nordeste pastoril, semi-árido, de areia seca, de paisagens duras doendo nos olhos, de mandacarus, de bois e cavalos angulosos, de sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol [...] de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de EL GRECO. Freyre deixaria ao encargo de Djacir Menezes, que escreve sobre **O outro Nordeste**.

A região nordeste teria, assim, dois cenários divididos entre as áreas de cana e as de algodão, entre o nordeste úmido e o nordeste seco. Mas, se nos perguntarmos qual desses cenários se cristalizou no imaginário nacional, quando falamos na região nordeste, logo chegaremos a conclusão de que não foi a paisagem delineada por Freyre que se solidificou.

A imagem que povoa a mente da população quando se pensa em nordeste é, sem dúvida, a do nordeste seco, semi-árido, saturada de sentidos e carregada de estereótipos. E é sobre este cenário semi-árido que o autor cearense Djacir Menezes vai apresentar em seu livro intitulado **O outro Nordeste**.

Djacir Menezes (1970) começa apresentando as diversas zonas do ecúmeno: a área propriamente das caatingas; a área das terras férteis, úmidas, das matas; a área das serras frescas. As condições de vida determinadas pelo meio, a civilização dos vaqueiros, dos currais, alguns centros agrícolas regulares cuja atividade aos flagelos entrecortam, a má fixação do homem ao meio, a formação de uma plebe rural onde repontam os místicos e os bandidos.

A caatinga será, na visão do autor, o centro da lavoura algodoeira, onde propriedades rurais chegam a rivalizar com os engenhos de açúcar, não somente pelo número de escravos que chegarão a possuir, e pelas contribuições, como pelos vantajosos lucros que davam o exercício da indústria.

Ainda de acordo com Djacir Menezes, as terras necessárias a criação do gado foram as grandes vias colonizadoras do Nordeste. Enquanto estas amplas e livres pastagens davam origem ao sistema de vida diverso, nucleando em torno dos “currais” mais distantes, nas zonas de mata e brejo, se expandia a economia agrícola. Para o autor cearense

Quanto mais primitiva a cultura, maior o grau de dependência das situações naturais em que se encontra e mais diretamente condicionada aos fatores geográficos. Nas comunidades rurais, onde as populações são menos densas, surpreenderemos uma psicologia, com tradições e costumes, completamente diferentes dos aglomerados urbanos. (1970, p. 16)

O autor cearense afirma ainda que a luta entre clãs sertanejos, entre famílias, com seus moradores, com seus agregados, o fanatismo das massas desarraigadas de condições normais de trabalho resultam de dupla ordem de fatores: calamidades climáticas e opressão social. Para ele

eis os pólos da reação do homem sertanejo contra as condições sociais, que agravam injustiças seculares, a reação do que procura conjurar os males, que os esmagam, o fanático. A reação que se ergue, instintivamente, contra algo que não sabe o que é nem como definir, iniciando a vida no crime, o cangaceiro. O fanático procura vencer os obstáculos que os constroem, num mundo hostil, que não compreende. O cangaceiro é a reação violenta, em geral começa numa injustiça cometida pela politicagem local. (MENEZES, 1970, p. 19)

Essas manifestações na visão do autor, de delírios místicos e de violência desmedida, são, pois, fatos correntes em populações primitivas, o meio sertanejo, o sistema de vida do proletariado rural, são ingredientes que colaboram para preparar essa população, a ideologias dos misticismos doentios.

Djacir Menezes (1970) lembra ainda que é preciso não esquecer a heterogeneidade dos elementos que compõem a própria sociedade sertaneja, sua estratificação em classes cuja psicologia dá aos índices de reação sua tonalidade

características. Na visão do autor, esses desajustamentos seriam resolvidos por uma reorganização profunda na situação da população dos campos e os sintomas do cangaceirismo desaparecerão.

Djacir Menezes afirma ainda que na convicção de que é o meio social incapaz de preparar o contingente humano às condições de trabalho, que, em cumplicidade com os fatores étnicos e, em geral, biológicos como miscigenação, legado cultural aborígine e remanescente nos campos, transforma essa população em místicos e fanáticos doentios. Segundo ele

Dar relevo único aos fatores resultantes da hereditariedade seria falsear o problema, para ele as determinantes mais fortes da conduta residem na sociedade, que socializa mecanismos reacionais primários, imprimindo normas e direções pela educação, conformando indivíduo aos sistemas de valores. (1970, p. 22)

E é preciso ainda, não esquecer a heterogeneidade dos elementos que compõem a própria sociedade, sua estratificação em classes, cuja psicologia especial dá aos índices de reação sua tonalidade característica. Isso são traços gerais da evolução da própria sociedade, ligados a fatos econômicos e políticos. Assim, o cangaço se configura, na visão do autor cearense, como a evolução da própria sociedade do nordeste.

Capítulo II

Conflitos no campo: início do século XX

O heroísmo tem nos sertões, para todo sempre perdidas tragédias espantosas. (EUCLIDES DA CUNHA, Cit. por FACÓ, Cangaceiros e Fanáticos, 1980, p. 6)

2.1 O sistema latifundiário

Entre meados do século XIX e começos do século XX, sucedem-se vários movimentos de rebeliões de pobres do campo, de norte a sul do país. Rebeliões espalhadas em vastas áreas do interior do Brasil, abrangendo milhares de habitantes **do campo, a exemplo de Canudos, Juazeiro do Norte e Padre Cícero, contestado, em nosso País. Esta parte não está clara. Quer falar de cidade ou de pessoas.**

De acordo com Facó (1980), a situação agravou-se quando, na segunda metade do século XIX, o centro da gravidade econômica foi sendo transferido gradativamente para o Sul. O Nordeste, com sua acentuada debilidade técnica, foi perdendo terreno em todos os domínios.

A valorização do café atraía para o Sul a mão de obra de trabalhadores livres disponível no Nordeste. Segundo Facó (1980), enquanto isso, era o Sul que recebia a totalidade dos imigrantes europeus que, nos fins do século XIX, vieram modificar a fisionomia econômica e social das fazendas paulistas.

O desenvolvimento do Nordeste, nessa época, caracterizava-se de maneira bastante lenta, própria de uma sociedade em estágio econômico relativamente atrasado. No Nordeste, a vida nas cidades se processava em ritmo lento até 1930, não exercendo atração sobre as populações despossuídas do interior, a não ser em proporções mínimas.

As levas de nordestinos sertanejos, os flagelados, que nas longas estiagens deixavam o sertão, transitavam rapidamente por essas cidades, até o retorno abençoado das chuvas. Os retirantes foram atraídos também para os seringais na Amazônia ou para os cafezais de São Paulo.

O monopólio da terra, abrigando em seu seio uma economia monocultora, voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos, entrou brutalmente o crescimento das forças produtivas. Por mais de três séculos, baseou-se no regime do trabalho escravo, que se levantou como uma barreira a propagação do trabalho livre. (FACÓ, 1980, p. 8)

Foi ainda o monopólio da terra que reduziu a população rural ao analfabetismo, quase que generalizado. A única forma de consciência do mundo, segundo Facó, (1980) que essa sociedade possuía, era dada pela religião ou seitas nascidas nas próprias comunidades rurais, variantes do catolicismo.

Esses inúmeros surtos de fanatismo e de cangaceirismo e as condições que os geraram, sobretudo esses movimentos, foram o monopólio da terra, cujas origens remontam aos tempos coloniais, com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias e a subsequente concessão das sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios.

De acordo com Facó (1980), a situação dos pobres do campo dos fins do século XIX e começos do século XX, era de sertanejos sem terras, sem bens, sem perspectivas de uma vida melhor, onde uma grande maioria buscava uma saída para a situação de miséria em que viviam. E a saída encontrada por muitos era justamente nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos beatos e conselheiros, para tentar se livrar da situação em que viviam.

O messianismo e o fanatismo religioso também foram manifestações de uma crise de desajustamento econômico e social na sociedade sertaneja nesse período. Segundo Chandler (1980), esse messianismo, baseado na superstição, ignorância e pobreza dos sertanejos, sempre existiu, essas proeminentes manifestações, entretanto, se deram paralelamente ao aparecimento do cangaço.

Dois movimentos são citados como messiânicos. O primeiro movimento nasce com a comunidade de Conselheiro, Canudos, Bahia, 1893. Quando Antonio Conselheiro reuniu milhares de seus seguidores em seu pequeno povoado, que foi destruído pelas forças federais em 1897. O segundo movimento nasce no Juazeiro do Norte, na “Cidade Santa” do Padre Cícero Romão Batista,

Juazeiro, situado no Cariri, sul do Ceará, uma região adequada a agricultura, sobreviveu e prosperou, tornando-se o ponto de maior concentração da população no sertão. O Cariri, atraindo uma grande massa de pobres e sem teto da região, entre eles, criminosos e aventureiros, serviu como campo fértil para o recrutamento de homens para quem a violência era um fato habitual. (CHANDLER, 1980, p. 29)

A grande concentração de pobres do campo, incontestavelmente levantados contra a exploração desenfreada que aumentava novos impostos, deu origem a Canudos, nos sertões da Bahia, no final do século XIX.

Ainda de acordo com Chandler (1980), tanto o banditismo como o messianismo são produtos do mesmo complexo de condições. Região historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos partiram para Canudos, unidos na crença em uma salvação milagrosa; habitantes de todas as regiões nordestinas partiram para Canudos para se juntar ao beato.

Os seguidores de conselheiros eram considerados elementos desestabilizadores da nova ordem republicana, pois não pagavam impostos, possuíam uma organização econômica autônoma, mantendo comércio com outras localidades da região. Situação que tornava Canudos um verdadeiro estado dentro da recém inaugurada República Brasileira. Para Facó, Canudos significou “a luta e resistência das populações marginalizadas contra as ordens dominantes”. (1980, p. 62).

Segundo Facó (1980), no Nordeste, o surto de criação de indústrias leves e de alimentação e a construção ferroviária que se verificam nos anos que antecedem a emancipação dos escravos, com o advento da República, bem como sua repercussão no domínio da ideologia, mesmo com toda a diversidade de formações econômicas que começavam se chocar no País. Semelhante incremento das iniciativas industriais, ferroviárias, gerando um estímulo em toda economia nacional. Acordava-se o interior do Brasil, sob a presença do latifúndio. **A ideia do parágrafo não está clara**

Era o capitalismo que tentava uma vez mais impor sua presença na economia e na sociedade brasileira. A burguesia procurava tomar iniciativa no domínio econômico, não obstante o enorme obstáculo que se levantava diante dela, era a grande propriedade territorial pré-capitalista resistindo a qualquer mudança, porque era voltada unicamente para o mercado externo. (FACÓ, 1980, p. 14)

Uma vez que o antigo sistema de sesmarias e do direito de posse produziu o fenômeno de achar-se ocupado todo o solo por uma população relativamente insignificante, que não cultiva nem consente que seja cultivado, enquanto que a população livre que trabalhava na terra por favor dos donos da terra vive em estado de contínua dependência.

A constituição de propriedade territorial, aglomerando vastas fazendas nas mãos de poucos, só por exceção permite ao pobre a posse e domínio de algum pedaço de terra, tornando-se agregado do senhor, proprietário das terras.

Nas zonas rurais do Sul, o capital ia penetrando na agricultura através do trabalho assalariado, fator reforçado desde a década de 60 do século XIX com a importação dos colonos europeus, nas grandes fazendas, que toma impulso, por isso, a economia mercantil.

Não acontece o mesmo no Nordeste, as soluções aí são diferentes, quando a crise chega ao auge no setor vital da economia nordestina, aquele ligado ao mercado externo e sem o qual ela não podia sobreviver dentro da sua estrutura, renova-se tecnicamente esse setor, mas de forma que sua base essencial se mantinha e o homem continuava sendo explorado. (FACÓ, 1980, p. 20)

A emigração em larga escala se inicia com o êxodo em massa de emigrantes nordestinos, inicialmente para a Amazônia, mais tarde para São Paulo. Segundo Grunspan (2006, p.23), a seca de 1877 a 1879, deixou marcas na região nordestina, destruindo a vida econômica da região ao longo de seus três anos de estiagem provocando a morte de milhares de sertanejos, e forçando uma parte desses sertanejos a abandonar a região.

A emigração dos nordestinos para a Amazônia, segundo Facó (1980, p. 23), prosseguia intensa, mas essa transferência de mão de obra, numa população não tão numerosa, não cessou até o fim do século XIX. O chamado ciclo da borracha duraria mais uma década em plena florescência, contribuindo com 30% do valor da exportação nacional a atingir o seu apogeu.

A Amazônia continuava a atrair os pobres sertanejos nordestinos, uma vez que essa emigração se processava, representava na prática uma ruptura com o latifúndio, um sério desfalque para ele.

Das grandes migrações provocadas pelas secas periódicas do Nordeste nos fins do século XIX, depois de determinado estágio do desenvolvimento demográfico da região, ao influxo dos surtos econômicos efêmeros ocorridos em outras regiões, em um nível já extremo da ruína do latifúndio, advêm resultados diversos, uns favoráveis, outros contrários a conservação do latifúndio.

A saída das levas de emigrantes para fora do meio rural nordestino subtrai do latifúndio pré-capitalista, um precioso excedente de mão-de-obra que lhe assegura a quase gratuidade da mesma e a possibilidade de impor-lhe condições de exploração.

Ao mesmo tempo, aliviava a pressão que uma numerosa população inteiramente desprovida de recursos, poderia vir a exercer sobre o latifúndio para impor-lhe modificações. Mas o simples fato de emigrarem retirava-os da situação em tinham vivido, através da migração em busca de condições diferentes daquelas que conheciam no sertão, onde estavam acostumados ao trabalho voltado essencialmente para a lida na terra. Saindo desse meio, entravam em contato com uma economia mercantil muito mais desenvolvida da que estavam acostumados no Nordeste.

A participação da borracha na exportação brasileira crescera de 10%, em 1890, para atingir cerca de 40%, em 1910. Uma enorme quantidade de dinheiro era canalizada para a Amazônia, e fomentava o seu comércio urbano. O nordestino que ali chegava, desconhecia praticamente a economia mercantil.

O Ceará, de onde vinha a quase totalidade dos trabalhadores da borracha, agregados, meeiros, era gente da mais extrema pobreza. Nessas condições, o trabalho na terra e a criação de animais, principais atividades econômicas da região, impõem uma capacidade de improvisação diante de um cotidiano instável e num ambiente permanentemente agressivo, onde a migração para outra região do país torna-se uma alternativa a vida a qual estavam acostumados a levar. Logo, transformando essa uma medida de ir em busca de melhores condições, já que estavam habituados as difíceis condições impostas pelo meio sertanejo.

A região era a Amazônia, onde chegavam diariamente sertanejos, em busca de melhores condições de vida, fugindo da seca e dos grupos de cangaceiros, era cada vez mais numerosa a presença dessa população emigrante na região. A extração da borracha, gerou uma forte corrente migratória nordestina que se dirigiu para a região, buscando melhores condições de vida. Porém, com o declínio da produção da borracha, desapareciam ali as possibilidades de trabalho para os sertanejos, que voltavam ao Ceará de onde tinham saído.

2.2 O aparecimento do cangaceirismo

O mandonismo dos potentados rurais havia, durante séculos, relegado os pobres do campo a condição de objetos. A classe agrária dominante via no trabalhador da terra o elemento a ser explorado. Mesmo com a Abolição, uma vez que não se processaram mudanças fundamentais no campo e o latifúndio foi mantido com todos os seus privilégios, o trabalhador rural continuava a viver em condições de exploração.

De acordo com Facó, (1980, p.28)

proliferando, em meio a miséria, seu número crescendo, o latifúndio estagnado não podia integrá-los totalmente em sua economia limitada. A própria existência do latifúndio, açambarcando terras expulsa-os de suas vizinhanças. Cria-se no Nordeste uma espécie de nomadismo permanente em que as secas só fazem aumentar suas características mais trágicas.

Ainda de acordo com o autor, a luta entre os latifundiários que possuíam as terras e aqueles os quais não possuíam terras, só podia corresponder ao nível que se encontravam econômica e socialmente os que constituíam a parcela mais explorada e oprimida da população. Enquanto, em face de todo um sistema de exploração e opressão, entre diferentes reações das massas rurais despossuídas, o cangaço é, desde o início, um elemento ativo, o misticismo surge como um elemento passivo, sem fins agressivos.

Assim, o latifúndio gerava lutas desde as origens, entre os detentores de grandes lotes de terra e aqueles que não possuíam nenhum pedaço de terra para trabalhar. Segundo Facó (1980, p.53), isolados, num mundo a parte, sem poder contar com a ajuda do Estado, os grandes fazendeiros são a classe dominante nos sertões não só representativa, mas diretamente, tornam-se autônomos, autoridades, eles mesmos, absolutos, na sua zona, formando, dessa maneira, verdadeiros exércitos de guardas privados, recrutados entre os sem-terra ou acolhendo criminosos comuns, que encontravam refúgio nas grandes fazendas.

Houve entre os domínios, fazendas e engenhos, uma espécie de estado de guerra permanente e generalizado, expresso num regime de mútua pilhagem de gado. No norte, este regime dominava o sertão durante todo o período colonial e estendia-se por todo o Império, e durante muitos anos na República. É aí que residia o capanga e sua sede, a grande propriedade territorial, o seu comando, o chefe local, o coronel, o grande fazendeiro. Segundo Grunspan, (2006, p .24)

os comportamentos criminosos dos capangas dependiam da situação do chefe ao qual eles pertenciam, se esse chefe não estava envolvido nas lutas políticas locais, o capanga cuidava da propriedade de seu chefe ou propunha seus serviços para diversas tarefas, permanecendo sempre disponível para o conflito armado.

Sua dependência econômica e social em relação ao grande proprietário, seja por falta de terras para a pequena propriedade, fazia com que obedecesse as ordens do coronel sem discutir, cumprindo todos os seus mandados.

Esse assalariado do crime podia tornar-se amanhã um cangaceiro, ingressar num bando para praticar assaltos a fazendas, pilhagem de armazéns, aprisionar ricos proprietários para depois exigir-lhes resgates. Esse bando era composto de homens que conquistaram sua autonomia, ainda que relativa, em face ao latifúndio.

O cangaceiro não era um assalariado para a prática de crimes, praticava por sua conta e risco. Mas o que distinguiu, sobretudo, era ser um rebelde contra a ordem dominante, que esmagava os pobres do campo. Ele não se submetia aos trabalhos forçados de uma fazenda.

Segundo Grunspan (2006), quanto à origem social, o capanga e o cangaceiro não se distinguem, são homens de ascendência humilde, em geral, trabalhadores rurais oprimidos, direta ou indiretamente, pelo latifúndio, sofrendo-lhe o peso das injustiças sociais e facilmente poderia se transformar um no outro.

Era maior o número de capangas que se tornavam cangaceiros, do que cangaceiros que se tornavam capangas, mas tanto um como o outro pertenciam as camadas mais pobres da população. A espécie de homens que compunham o bando, era constituída de homens, todos, invariavelmente, a gente mais pobre do interior do Sertão.

Para os homens de um bando, o cangaço era uma modalidade de ganhar a vida, como era possível ganhá-la num ambiente onde imperava a ferocidade do coronel.

Mais do que um meio de vida, meio de prover a subsistência, o cangaceirismo proliferava no nordeste sobretudo nas épocas de grandes secas, formando-se então os bandos, em geral, pequenos, alguns grupos desaparecia passada a calamidade climática, alguns remanescentes prolongavam sua existência. (FACÓ, 1980, p. 59)

Outro motivo era o estágio em que se encontrava o desenvolvimento da própria sociedade sertaneja, atrasada no sentido capitalista, na zona desprovida de meios de transporte, sem grandes núcleos urbanos que pudessem impulsionar o incremento da produção agrícola em larga escala, com uma economia agrícola dominando vastas áreas, a produção de subsistência era o suficiente. Ademais, o homem do campo tinha que lutar contra uma série de obstáculos para conseguir cultivar a terra.

De acordo com Chandler (1980), o que ocorria no Nordeste era, sobretudo, a falta de terras boas, as terras férteis, naturalmente, já se encontrava de longa data apossada pelos latifundiários ou, quando se repartia a propriedade, era distribuída entre os seus herdeiros, tendendo novamente para a reconstituição do latifúndio, que persistia como principal fator da sociedade do Sertão.

O isolamento da população e, em consequência, sua fragilidade e vulnerabilidade, determinavam quase sempre a formação de grupos de cangaceiros, pelos sertões afora. Muitos tinham a condição de simples capangas a serviços dos próprios latifundiários, que prestando seus serviços de proteção à propriedade do coronel, se tornavam braços direitos do coronel, sempre dispostos a defender sua casa e suas terras contra ataques de vizinhos inimigos, garantindo, assim, proteção ao coronel e a sua propriedade.

A grande seca de 1877-1879 é o ponto de partida para o desencadeamento de ações dos grupos de cangaceiros mais famosos do século XIX. Relaciona-se o desenvolvimento epidêmico do cangaço com os períodos de seca que, agravando significativamente os coronéis locais, deixavam o campo livre para o banditismo e para as manifestações de revolta e violência.

A seca de 1877-1879 ocorreu após mais de trinta anos de chuva que permitiriam ao sertão desenvolver-se de maneira considerável, três anos de seca bastaram para destruir a vida econômica de uma parte do sertão, provocando a morte de milhares de sertanejos e obrigando muitos a abandonar a região. (GRUNSPAN, 2006, p. 23)

E as calamidades não cessaram depois do flagelo de 1877, embora a seca provocasse êxodo numeroso, as consequências eram, mortandade em larga escala; dizimava-se os rebanhos, e ocorria uma série de calamidades que afetavam a economia nordestina, baseada na pecuária e na agricultura, conseqüentemente, deixando o espaço livre para o surgimento e atuação de bandos de cangaceiros.

A partir da segunda metade do século XIX, os conflitos entre famílias visavam o controle político da região. A violência é constitutiva dos laços políticos e só através dela é que se estabelecia a dominação do território.

As formas de violência no sertão são inseparáveis do modo de vida de seus habitantes, tanto no exterior, como no interior de um grupo. A violência podia se manifestar sob a forma de conflitos entre vizinhos, de lutas sangrentas entre famílias rivais ou de conflitos políticos entre potentados locais, os coronéis.

O Recurso a violência estava enraizado na tradição do sertão, impregnando o universo cultural dessa região, onde a necessidade de vingar uma afronta, de reparar uma injustiça para reconquistar sua honra ou de sua família, são comportamentos tidos como um código de honra em uma sociedade enraizada pelos valores morais de tradição do sertão. (GRUNSPAN, 2006, p. 26).

É no início do século XX, que o termo cangaço define não apenas o conjunto de armas e de atributos exibidos por um bandido do sertão, mas também um modo de vida, uma forma particular de existência.

Os grupos de cangaceiros teriam se multiplicado, colocando em perigo a propriedade e os bens dos próprios sertanejos. Os senhores rurais e suas milícias, que até então constituíam um obstáculo ao desenvolvimento dos bandos independentes, já que esses grupos de cangaceiros ameaçavam a própria proteção dos sertanejos.

De acordo com Grunspan (2006), os cangaceiros saíam da legalidade seja por terem tentado matar ou terem matado por vingança, seja por terem tentado defender sua honra achincalhada, pelo assassinato de um membro de sua família, ou de conflitos ligados ao roubo ou a violação de um território. O cangaceiro vivendo na clandestinidade, excluía-se da sociedade para criar os meios de recuperar sua honra e de sua família.

No geral, o cangaceiro não tinha patrão que o subordinava, era homem livre, submetendo-se apenas às decisões do líder do bando. Mesmo aí tinha sua autonomia. Os cangaceiros não tinham projeto, nem visão política.

O poder de um indivíduo na sociedade se media pelo número de homens que dependiam dele, os casos de violência seriam justamente pela ausência de representação do poder do Estado no sertão e a predominância do poder privado ligado a posse de terra. Assim, de acordo com Grunspan (2006, p.16): “A sociedade do sertão organizava-se em torno da noção de poder privado, do exercício privado de uma certa forma de justiça na qual o respeito da lei consuetudinária prevalecia sobre a lei instituída”.

No seio da comunidade do sertão, a ação governamental limitava-se ao recebimento dos impostos e nunca interferia nas decisões dos clãs; não existia nenhum código, nenhuma lei escrita, era o chefe político que encarnava a lei.

Em um município as forças de polícia estavam diretamente sob as ordens do juiz de paz, que por sua vez era eleito localmente, escolhido entre os notáveis. Essa situação reforçava de maneira evidente o poder dos potentados locais -os coronéis- em detrimento do poder da administração central. (GRUNSPAN, 2006, p. 16)

No sertão, os cargos de coronel eram reservados aos chefes políticos do município, desde fins do século XIX, o termo coronel designava um proprietário de terras que, dominando politicamente um município, exercia um poder de tipo patriarcal sobre parte da população.

Seu poder era determinado pelo número de pessoas que trabalhavam para ele e aos quais assegurava a proteção em troca de votos, mas também pela quantidade de homens armados de que dispunha para garantir o seu poder.

A organização política e social do sertão articulava-se em torno do coronel, que era dono de suas terras. Ao redor do núcleo central constituído pela família de um coronel gravitavam outras células familiares, ligadas a ele por laços de subordinação, de serviços e de compromissos, todos subordinados aos poderes do coronel.

2.3 A estrutura coronelística

Apesar da passagem do Império a República, a estrutura econômica e política persistia, e com ela persistiam os “coronéis”, apelação que datava do Império. O título de coronel, havia-se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência para defender a Constituição, auxiliar na manutenção da ordem, prevenindo as revoltas, promovendo o policiamento regional e local. Assim,

O poder coronelístico constituía uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus parentes ou seus agregados. (QUEIROZ, 1969, p. 156).

Ainda de acordo com a autora, era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira. A pergunta: quem é você? Recebia a resposta: sou gente do coronel fulano. Esta maneira de responder dava as coordenadas necessárias para conhecer o lugar sócio-econômico do interlocutor, além de sua posição política.

Queiroz (1969) afirma que o termo gente indicava que não se tratava de alguém do mesmo nível que o coronel ou de sua família, caso contrário, o parentesco seria invocado logo de início para situar o indivíduo dentro do grupo; diria, por exemplo, “sou primo do coronel fulano”. A formulação “gente” indicava indivíduo de nível inferior, que podia inclusive ser parente, mas seria parente pobre do coronel.

A ligação com o coronel também dava imediatamente a conhecer se o indivíduo estava em posição de apoio ao poder local ou regional, ou contrário a este, pois ninguém desconhecia a atitude dos coronéis, com relação a situação ou a oposição.

A localização sócio-política, tendo por ponto de referência o “coronel” não era, porém, peculiar apenas aos indivíduos das camadas inferiores, mas se estendia a todos os escalões sociais.

A maioria dos coronéis era integrante em nível elevado de um grupo de parentela mais ou menos vasto, e os grandes coronéis se constituíam realmente em chefes supremos, tanto de sua parentela, quanto das parentelas aliadas. Integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social do país, integrantes de uma oligarquia, conhecido principalmente por suas características políticas.

De acordo com Queiroz (1969), os fundamentos da base política de organização coronelística, como também os fundamentos socioeconômicos se definiam quando o domínio sobre o qual o protetor atuava, era muito extenso e reunia grande número de eleitores. Então, dava-se a este o nome de coronel.

Procurando manter ou expandir a força, os coronéis, através de seus cabos eleitorais que eram elementos de ligação indispensável entre o coronel e a massa votante, os cabos eleitorais que vão ver os eleitores, transmitem as ordens do coronel e organiza a massa, mantendo-a em forma para os pleitos. Havia também a dominação “colegial”, em que cada membro da família domina uma zona de influência, onde pode se adquirir mais votos.

A multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente a estrutura socioeconômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e de grupos de associados econômicos e políticos.

O coronelismo se integrava, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compunham o mandonismo local, datado, porque, embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. (QUEIROZ, 1969, p. 159)

Ainda de acordo com a autora, o coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local, que teve várias formas e se apresentou como o conceito mais amplo

com relação aos tipos de poder político econômico que historicamente marcaram o Brasil.

Segundo Queiroz (1969, p. 61), cumpre não esquecer que a obtenção de votos nem sempre se exprimiu pela maneira benigna de barganha, uma vez que se encontrava inserida numa estrutura de dominantes e dominados, em que os dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico; a opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregados e tão usuais quanto os favores e os benefícios.

É provável que em outras regiões do país, onde a forma violenta de obtenção do voto se teria conservado por mais tempo, graças a favores, conflito e violências, foi fator de conservação da estrutura brasileira de parentelas e uma das bases do sistema coronelístico.

Por outro lado, é sabido que um indivíduo desprovido de bens, mesmo pertencendo a importante grupo de parentela, não alcançava posição sócio-econômica satisfatória, a não ser que a parentela o protegesse, fazendo-o galgar posições em desacordo com seus bens de fortuna, mas de acordo com o valor que a parentela lhe reconhecia. Em suma, na estrutura coronelística, somente os indivíduos bem aquinhoados de fortuna herdada ou adquirida tinham possibilidades de fazer favores a granjear clientela.

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES DE UM MESMO HOMEM: LAMPIÃO

De tantos maus indivíduos a que temos conhecido, qual deles pode merecer de nós a pecha de bandido. (GRUNSPAN, 2006, p.11)

3.1 O que é historiografia

Antes de nos debruçarmos sobre as múltiplas imagens construídas sobre Lampião pela historiografia, cabe algumas reflexões conceituais. Como nosso estudo objetiva analisar o pensamento dos historiadores sobre Lampião, começamos por definir a historiografia.

A Historiografia na visão de Rogério Forastieri da Silva (2001) é compreendido como o estudo dos escritos históricos, dispondo basicamente de livros de história como documentação básica. Nas suas palavras Historiografia

é o estudo que envolve reflexões, de natureza vária, sobre os historiadores e suas respectivas obras, tem como alvo um autor e o conjunto de suas obras, buscam comparar autores e suas obras, entender o trato de um tema em diferentes épocas históricas. (2001, p.23).

Nossa proposta de estudo parte, justamente, desta noção de estudo historiográfico. Assim, nos debruçamos sobre três visões históricas de Lampião, construídas por historiadores e momentos específicos em 1950 e 1980.

Como o objetivo é fazer um estudo acerca de Lampião através da historiografia, e de como ele tem sido tratado pela mesma, utilizamos a definição usada pelo autor, por acreditar que melhor se encaixa na nossa proposta de estudo, já que buscamos analisar Lampião através de um conjunto de autores e suas referidas obras, e de como o tema tem sido tratado em diferente épocas históricas.

Segundo Peter Burke (2001), no século XIX, inicia-se um processo de questionamento da produção histórica “tradicional” que culminará com a criação da Revista Anais de História Econômica e Social base para “o movimento dos Annales”.

Segundo José Carlos Reis (1999), estabelecia-se assim uma renovação nos estudos históricos com a integração da História com as ciências sociais. Este processo

culminaria, segundo os dois historiadores, no nascimento da nova História. Esta “nova história” seria a terceira geração do movimento dos Annales.

Parte da revolução promovida pelos Annales foi justamente a quebra da ideia de “objetividade” muito presente na concepção de história defendida por Leopoldo Von Ranke. A partir do movimento, podemos vislumbrar, o nascimento do lugar do historiador como o ponto de partida para a sua produção.

Segundo Durval Muniz nos debates acadêmicos acerca dos pressupostos teórico-metodológicos mais utilizados atualmente pelos historiadores, o termo historiografia diz respeito a análise das regras que norteiam a produção do saber histórico, correspondendo, a elaboração temporal mais sofisticada que uma sociedade produz. Em suas palavras:

A história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas em grupo ou individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. (2006, p. 192)

Isso inclui os monumentos, os museus, os arquivos, os calendários, as políticas culturais, os memoriais e a escrita. No entanto, essas várias configurações do tempo não necessariamente implicam um maior conhecimento acerca do passado ou uma compreensão mais crítica das experiências pretéritas. Assim, o passado está sendo constantemente solicitado como demandas contemporâneas.

Nesses termos, a análise historiográfica vai além de um simples inventário de obras publicadas, configurando-se como uma operação intelectual que investiga as tensões existentes na sociedade, quando se trata de atribuir sentido à passagem do tempo, notadamente por meio das diferentes concepções atribuídas à história como escrita sobre o passado.

Do mesmo modo, a análise da historiografia deve assumir a tarefa de refletir acerca de quais as concepções de passado que estão sendo requeridas pelo presente e, com isso, problematizar os demais elementos constituintes de uma determinada cultura histórica.

Por outro lado, como elemento mais aprimorado dessa cultura histórica, a historiografia traz consigo uma dimensão crítica e provoca uma série de implicações para a maneira como a história, enquanto disciplina é produzida.

Dessa forma, a análise historiográfica faz parte do que esse historiador nomeou de cultura histórica. A noção de cultura histórica engloba os vários meios que uma sociedade dispõe para significar o tempo e as várias formas que utiliza para assimilar os efeitos do fluxo temporal sobre si.

Segundo Certeau, “A escrita se constrói em função de uma instituição” (2008, p. 66). O autor baseia sua argumentação no fato de que é através dos interesses da instituição que a História enquanto disciplina vai se organizar. Certeau deixa claro o peso da instituição e o lugar social dos indivíduos, sobre a construção do discurso do historiador.

Ao pensarmos sobre a História como prática, a argumentação de Certeau (2008, p. 78) começa calcada na necessidade de uma técnica para a realização da produção historiográfica. Além disso, o que podemos perceber será a necessidade dos usos de técnicas e métodos científicos, para legitimar a história como disciplina e o que nela vem a ser produzido. Em linhas gerais, caberia a prática do historiador a articulação entre o natural e o cultural, ou seja, a seleção de suas fontes com as quais ele pretende trabalhar, levando em conta que o próprio recorte da documentação está sujeito as ações do lugar social onde o indivíduo está inserido.

A escrita da História, na visão de Certeau (2008), seria a ação do conteúdo sobre a forma. A visão se baseia na construção e desconstrução, a qual faz parte do cotidiano da operação historiográfica, na qual o conceitual vem dar apoio a exposição do conteúdo. Logo, segundo o autor, o texto é o lugar do discurso histórico, da delimitação de um recorte espacial e temporal, para ser analisado. Desta maneira, como disciplina a história estaria, na visão do autor, submetida ao contexto social no qual está situada.

Partindo desse pressuposto historiográfico, esta proposta de estudo, tem por finalidade apresentar o cangaceiro Lampião nas mais diferentes abordagens historiográficas, passando pelas ideias de Eric Hobsbawm, Billy Jaynes Chandler e Rui Facó.

3.2 Caracterização do bandido social

Para Eric Hobsbawm, o “banditismo social” seria um dos fenômenos mais universais da História, ocorrendo em todos os tipos de sociedade humanas que se situam entre a fase evolucionária da organização tribal e a moderna sociedade capitalista e industrial.

Segundo ele, o banditismo floresce quase invariavelmente em áreas remotas e inacessíveis, tais como montanhas, planícies, não cortadas por estradas, áreas pantanosas, florestas, com seus labirintos de ribeirões, e é atraído por rotas comerciais, ou estradas de grande importância, nas quais a locomoção dos viajantes é lenta e difícil. Frequentemente, basta a construção de estradas modernas, que permitam viagens fáceis e rápidas, para reduzir essa forma de banditismo.

As condições ideais para o surgimento dessa forma de banditismo são aquelas em que os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugarejo, operando em complexas situações locais, e em que uma viagem de alguns poucos quilômetros pode colocar o bandido além da jurisdição ou mesmo do conhecimento de um conjunto de autoridades e no território de outras, que não se importam com o que acontece “no exterior”. (HOBSBAWM, 1975, p .15)

A fonte básica de bandidos, como afirma Hobsbawm (1975, p .25) se encontra naquelas formas de economia ou de meio ambiente rural onde a procura de mão de obra é relativamente pequena, ou que são demasiado pobres para empregar todos os homens aptos ao trabalho; em outras palavras, na população rural excedente.

De acordo com Hobsbawm, o banditismo tende a se tornar epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica. Boa parte das sociedades rurais estavam habituadas a escassez periódica, más colheitas, e guerras entre famílias por disputa do poder na região. Todas essas adversidades tendiam a multiplicar o banditismo de um tipo ou de outro.

Todas essas sociedades tendiam a passar, por crises muito embora as perturbações políticas e as guerras tendessem também a deixar atrás de si bandos de saqueadores e outros tipos de marginais por um considerável período de tempo, sobretudo se os governos eram fracos ou divididos. (HOBSBAWM, 1975, p.16)

Diante das circunstâncias, para Hobsbawm, as epidemias de banditismo representavam algo mais do que uma simples multiplicação de homens fisicamente aptos que, ao passar fome, preferem tomar pelas armas aquilo de que necessitam. Podiam refletir a desagregação de toda uma sociedade, a ascensão de novas classes e o surgimento de novas estruturas sociais.

A modernização, isto é, a combinação de desenvolvimento econômico, comunicações eficientes e administração pública priva qualquer banditismo, incluso o social, das condições nas quais floresce. (HOBSBAWM, 1975, p. 11)

Hobsbawm acredita que a tendência dos camponeses em admirar o bandido social é uma forma de apresentar sua repulsa às injustiças sociais. Por não serem bandidos, e, portanto, não lutarem contra tais injustiças, apóiam os atos de bandidagem social ou simplesmente admiram seus pares por enfrentarem os desmandos sociais. Para o autor,

Bandidos sociais são aqueles proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, como homens a serem admirados e ajudados. (HOBSBAWM, 1975, p. 11)

Segundo o autor, os bandidos sociais são camponeses criminosos que o povo considera heróis, em vez de criminosos comuns. São olhados como campeões da justiça, ou, pelo menos, tendo justificativa para seus atos. Somente matam por uma causa justa.

Para o historiador inglês, os bandidos sociais seriam de três tipos, o nobre salteador, o chefe de guerrilhas primitivo, e por fim, o vingador. O primeiro tipo, isto é, o nobre salteador, preenche melhor a definição do bandido social. É, na verdade, o clássico Robin Hood. É admirado não só pela ousadia de suas proezas, como também pelo zelo da justiça e pela redistribuição de riqueza. O segundo tipo, é composto pelos salteadores profissionais, organizadores de primitivos movimentos de resistência e libertação.

O terceiro grupo seria os bandidos vingadores. Estes se distinguem dos verdadeiros bandidos sociais em razão do uso excessivo da violência. São bandidos sociais somente marginalmente, se são vistos com admiração, ou como heróis, não são por seus atos de justiça, e sim por demonstrarem que os camponeses podem, também ser terríveis. Sua justiça consiste na destruição, no latrocínio, na extorsão e destruição. Agindo assim estes bandidos buscam abolir a corrupção e o mal que aflige a sociedade camponesa.

Hobsbawm alerta que sua classificação é falha, já que existem variações regionais e pontuais. No caso dos bandidos vingadores, “o nordeste” será palco de inúmeros casos. Esta forma de revolta social se tornou epidêmica após 1870, entranhando-se nas estruturas social, econômica e mental brasileira, de uma forma geral, e do “povo do norte”, especificamente.

Para Chandler, não foram só as condições econômicas que causaram o aparecimento do banditismo neste período. A fragilidade das instituições responsáveis pela lei, ordem e justiça também contribuiu grandemente.

É verdade que isto não era nenhuma novidade, tinha sido implantadas no período da colonização, quando as autoridades entregaram a região aos potentados. Naqueles primeiros tempos, os proprietários mantiveram a lei dentro dos seus respectivos domínios, mas também romperam a ordem geral quando entraram em guerra, uns contra os outros. (CHANDLER, 1980, p. 25)

Subsequentemente, durante o Império, fizeram diversas tentativas para impor mais ordem e instituir uma justiça imparcial, confiando a execução da lei a chefes de polícia, sob controle da coroa. Essa promessa de melhoramento, entretanto, nunca funcionou perfeitamente, visto que o chefe de polícia, substituído cada vez que se alternavam no poder os partidos dominantes, geralmente, favorecia a facção local.

A República, que sucedeu ao Império, em 1889, evitou qualquer tentativa centralizada de levar justiça e ordem a todo Brasil agrário. Seu extremo federalismo, delegando plenos poderes aos Estados, gerou o desenvolvimento das máquinas políticas, que se instalaram nas zonas rurais e urbanas brasileiras, garantindo ao potentado local a manutenção de sua hegemonia social e política. Isto se reproduz nos sertões do “nordeste”. Em troca desta liberdade federalista, os coronéis locais garantiam

a hegemonia das elites nacionais e lhes era assegurada a “não intervenção do Estado Brasileiro” em seus domínios. Assim, a força policial estava a serviço desta elite.

Segundo Chandler (1980), a não intervenção era tão séria que se houvesse disputas entre os potentados locais, o Estado de direito não intervinha. Foi aí que muitos destes coronéis montaram suas milícias armadas que vão alimentar o banditismo social do tipo cangaço, como visto no capítulo 2.

Dentro destas condições, a desordem aumentava e a esperança de justiça e proteção diminuía. No passado, o povo tinha conseguido certa proteção agregando-se, ou simplesmente morando na propriedade de um potentado. Visto que este representava o papel de autoridade, o povo achava que assim, podia contar com certa medida de justiça.

Os moradores continuavam ainda ligados a um ou outro coronel ou a uma família influente, mas não havia muita segurança nesses laços, visto que poucos coronéis eram suficientemente poderosos para dominar as comunidades. Também não havia segurança nas instituições do Estado, as quais no sertão nordestino eram notoriamente fracas. Além do mais, a força dessas instituições era usada sempre a favor da facção local que estivesse sob as graças da máquina do estado vigente naquele momento.

Sem encontrar garantia de proteção nem do patrão nem do estado, muitas dessas povoações do sertão se transformaram em verdadeiras selvas, onde cada um lutava por sua sobrevivência. Parece, portanto, certo que o aparecimento do cangaço esteja intimamente ligado a este estado de desorganização social. (CHANDLER, 1980, p. 27)

Chandler, concordando com Hobsbawm, afirma que o banditismo geralmente florescia durante as secas mais intensas, agravou-se, como dito anteriormente, no final da década de 1870. Embora já existisse em tempos normais, é muito provável que a frequência com que as secas se repetiam no final do século XIX e no início do século XX contribuíram para aumentar o nível de violência que teria caracterizado o cangaço, e com a seca de 1919, teria levado o cangaço a seu ponto máximo.

Segundo Chandler, o cangaceiro nasce dentro do grupo de jagunços que eram os responsáveis pela manutenção da paz quando da presença de facções políticas distintas.

Produto do sistema de disputas políticas, os jagunços vão ganhando autonomia, gerando a autonomia dos cangaceiros perto de 1900.

Conforme Chandler (1980, p. 15) o bando destes foragidos era chamado de cangaço e os bandidos de cangaceiros. As palavras cangaceiro e cangaço, aparentemente começaram a ser usadas, para designar grupos que andavam saqueando as comunidades rurais. E costumava-se relacionar a palavra canga ou cangalho, isto é, o jugo dos bois, a estes indivíduos que sem moradia fixa, levavam seus pertences em bolsas trespassadas nos ombros.

3.3 A vida e a morte de Lampião

Virgulino Ferreira da Silva, nascido no sítio Passagem das Pedras, município de Vila Bela, atual Serra Talhada, no Estado de Pernambuco, era o terceiro filho de uma família de nove irmãos.

Segundo Chandler (1980), de família de posses medianas, Virgulino trabalhou os primeiros anos de sua vida como almocreve, junto com seus irmãos mais velhos, Antônio Ferreira da Silva e Levino Ferreira da Silva.

Por volta de 1916, teria início uma briga entre a família Ferreira e a família Saturnino, personificado principalmente na pessoa de José Alves de Barros, conhecido como José Saturnino.

A inimizade entre os Ferreira e Saturnino teria começado supostamente, por causa de invasão da propriedade e pretensos roubos de animais, por parte dos Saturnino, que estavam roubando alguns animais da família dos Ferreira. Estes por sua vez acusavam os Ferreira de maltratar alguns de seus animais e de roubar alguns chocalhos de sua propriedade, e teria avisado aos Ferreira para se manterem afastados de suas terras. (CHANDLER, 1980, p. 40)

O que se sabe ao certo é que teria ocorrido má vontade entre as duas famílias e que a má vontade, virou ação de represaria e violência. Consta, segundo Chandler, que no ano de 1916, Virgulino, ao retornar da lida com o gado, passou perto da casa dos Saturnino, que já haviam advertido da impossibilidade de tal tráfico, o que levou a trocar tiros com os membros da família Saturnino ou com seus empregados.

Segundo Chandler, na disputa entre os Saturnino e os Ferreira, obrigou aos últimos a deslocar-se para novas terras (Fazenda Poço Negro). Mesmo prontos para a briga, os Ferreira optaram em fugir do conflito. Entretanto, suas atitudes perturbavam, segundo Chandler, os habitantes de Nazaré.

Ainda de acordo com Chandler, estes deslocamentos prejudicaram as finanças da família Ferreira. Parte do gado foi perdido, obrigando-os a viver da pequena agricultura e dos transportes de boiada, que ocasionalmente faziam.

Na memória corrente dos Ferreira, suas mazelas eram causadas pelos desafetos pernambucanos. No município de Água Branca, os Ferreira entraram em conflitos com as autoridades policiais, para eles, por culpa dos Saturnino que haviam acionado o seu poder social para “transformá-los em bandidos”.

A atitude dos Ferreira, que segundo Chandler se comportavam, sempre prontos para brigar em defesa própria ou de sua família, era perturbadora para os habitantes de Nazaré, dominados pelas famílias ligadas por parentesco ou por laços de casamento com os Saturnino.

As primeiras dificuldades que os jovens Ferreira encontraram com o povo de Nazaré, foram ocasionados pela insistência dos rapazes de entrarem armados no povoado. Mandava a prudência e isso era bem considerado nos sertões, que não se devia carregar armas dentro das cidades.(CHANDLER, 1980, p. 43)

Era costume, ao entrarem na cidade, depositar as armas na casa de algum conhecido, e, apanhá-las somente na hora que estivessem de volta pra casa. Os Ferreira teriam se recusado a seguir o costume, alegando que suas vidas estavam em perigo, e esta recusa levou uma troca de ameaças entre os Ferreira e os habitantes de Nazaré. Os moradores teriam declarado que os mesmos estavam destruindo a paz da comunidade e prejudicando o comércio de Nazaré.

Ainda de acordo com o autor, depois de se envolverem em confronto armado com as famílias dominantes da cidade de Nazaré, a família Ferreira foi de novo obrigada a se mudar para a comarca de Água Branca, em Alagoas. Feita a mudança, a nova sede da Família Ferreira era uma fazenda alugada, num lugar chamado Olho d'Água, um pouco fora da comarca.

Segundo Chandler (1980), mais uma vez os Ferreira atribuíam seus problemas aos inimigos em Pernambuco, e afirmavam que os Saturnino tinham mandado avisar as autoridades de Água Branca que eles eram bandidos. A Família Ferreira, em sua nova casa, estavam claramente debaixo de suspeita de serem criminosos, e não tardou a entrarem em conflito com a polícia.

Como não podiam mais ficar em Água Branca, nos informa Chandler (1980), José Ferreira foi, de novo, obrigado a se mudar, dentro de poucos dias arrumaram seus pertences, e saíram em direção a Mata Grande, na esperança de ter guarita com os amigos,

No caminho, entre Água Branca e Mata Grande, pararam para descansar na casa de um amigo, Sinhô Fragoso, num lugar chamado Engenho. Aí, tendo piorado com a viagem, a mulher de José Ferreira teria morrido, com todas as dificuldades enfrentadas pela família, José Ferreira teria aceitado a hospitalidade de Fragoso e ficou vivendo em uma de suas casas na fazenda. (CHANDLER, 1980, p. 48)

Segundo versões mais admitidas, José Ferreira teria falecido no mesmo logradouro que sua esposa, emboscado pelas forças policiais. Este teria sido morto por força policial, sob comando de Amarilo Batista e José Lucena.

3.4 A transformação de Virgulino em Lampião

Depois da morte de seu pai, Virgulino, juntamente com seus dois irmãos, Antônio e Levino passaram rapidamente a categoria de bandidos profissionais, seguido por Antônio Rosa, um amigo que tinha morado na casa dos Ferreira.

Virgulino e seu pequeno bando, juntaram-se ao grupo de Sebastião Pereira, conhecido como Sinhô Pereira, chefe de cangaceiro bem conhecido na região.

Sebastião Pereira da Silva (1896-1979), nasceu em Vila Bela, atual Serra Talhada, Pernambuco. Descendente de importante família do sertão pernambucano, empenhou-se em sangrentas lutas, envolvendo as famílias Pereira, a qual fazia parte, e os Carvalho, na região do Pajeú, Pernambuco.

De acordo com Grunspan (2006, p. 89), Sinhô Pereira, aderiu ao cangaço, ainda jovem, para vingar o assassinato de um dos membros da família dos Pereira, que teria sido morto pelos Carvalho.

Essa duas famílias inimigas, Pereira e Carvalho, brigavam no sertão do Pajeú pelo controle da região. Sinhô Pereira que pertencia a família dos Pereira, entra para o cangaço depois de uma sucessão de assassinato dos membros da família dos Pereira, por conta dos Carvalho.

Os motivos desses crimes giravam em torno da propriedade de terras, rivalidades ligadas a manutenção do prestígio das famílias, naquela região.

Uma vez cangaceiro, Sinhô Pereira daria a essa luta uma nova legitimidade. Intensificando a violência contra os Carvalho, matando sistematicamente os membros da família inimiga.

Após alguns meses sob liderança de Sebastião Pereira, Lampião é transformado em chefe do bando, já que o Sinhô Pereira abandonou a vida de meliante para criar gados em Goiás. Assim, em 1922 começa a saga de Lampião.

Após a morte de seu pai, as versões afirmam que teria declarado “que ia viver e morrer como um bandido”. Assim, percorreu os sertões alagoanos, cearense, rio grandense, paraibano, bahiano e pernambucano a pé ou a cavalo, roubando, extorquindo, matando.

Segundo Grunspan (2006, p. 27), Lampião diferenciava-se dos cangaceiros contemporâneos e anteriores a ele. É o responsável pela introdução de

[...] um estilo de vida bem específico, é ele quem dota os cangaceiros de uma vestimenta indissociável da imagem que doravante se faziam deles. E é ele quem introduz as mulheres no grupo, recriando dessa forma uma vida familiar com seus códigos próprios, chegou até mesmo a substituir o padre, passando a dirigir o ofício religioso entre os companheiros do bando.

Lampião, segundo Chandler (1980) e Grunspan (2006), fez do cangaço um modo de vida e até mesmo uma profissão; percorreu um território à frente de um grupo de cangaceiros, que desafiavam constantemente as forças policiais dos diferentes Estados do Nordeste.

Era um sujeito muito astucioso, que conseguiu enganar as forças volantes tantas vezes, que o povo do sertão chegou a acreditar que fosse dotado de poderes extraordinários.

Qualquer que fosse a fonte de sua força, Lampião tornou-se objeto de medo e de respeito de uma vasta região, subornava a própria polícia, tratava os fazendeiros e chefes políticos de igual para igual.

A carreira de Lampião não foi um fenômeno isolado, pelo contrário, fez parte de uma epidemia regional de banditismo, uma vez que já existiam grupos de cangaceiros atuando na região do nordeste, antes de Lampião despontar no cenário nordestino como cangaceiro implacável.

Outro exemplo deste tipo de “movimento social” foi dado por Antonio Silvino (1875-1944), antecessor de Lampião, que entrou para o cangaço para vingar a morte de um de seus parentes. Também como Lampião, fez do cangaço um modo de vida.

As façanhas dos cangaceiros são de grande importância para a história do sertão, haja vista que faz parte até hoje do folclore desta região.

Seja, fazendo parte da literatura de cordel muito difundida na cultura nordestina, seja em verso ou em prosa, cantada por repentistas nas feiras do sertão, as histórias contadas e cantadas por esses sertanejos, contadores de histórias populares, cuja tendência era de mitificá-los, exagerando alguma boa ação que por acaso tivessem feito, ou mesmo exagerando nos contos de bravura e coragem dessa forma enaltecendo-os sua figura de homens valentes e corajosos. (CHANDLER, 1980, p. 15)

As vidas destes homens serviam de assunto a trovadores e a outros contadores de histórias populares. Essas histórias sempre exercem fascínio e despertam o interesse e a fantasia do povo nordestino.

A principal característica era a de que estes fascínoras operavam por conta própria. Nunca estavam subordinados a ninguém a não ser ao próprio chefe do bando. Vivendo de roubos e saques, esses grupos geralmente eram atraídos para os confrontos armados com as tropas policiais que os perseguiram constantemente.

Os cangaceiros também faziam questão de ressaltar sua individualidade quando confessavam as razões pelas quais se tinha tornado bandidos. Muitos diziam que

somente tinham infligido a lei pela necessidade de vingar afrontas cometidas a eles ou a suas famílias.

Numa sociedade em que tais injustiças prevaleciam, uma explicação como essa era bem acolhida. O problema era que nem todos os que enfrentavam afrontas pessoais ou familiares entravam no cangaço. Uma coisa parece certa, segundo Chandler, a justificativa de afronta separa os cangaceiros dos outros tipos de meliantes que percorriam os sertões do norte agrário.

3.5 Perspectivas de Lampião: Facó, Hobsbawm e Chandler

Em 1963, foi publicada a obra **Cangaceiros e Fanáticos**, do marxista e militante do Partido Comunista Rui Facó. Segundo Dutra (2011), o livro tornou-se um marco por congregar a síntese de todo o pensamento, lutas e movimentos do PCB em prol da causa operária e camponesa.

Segundo Dutra (2011), ao se debruçar sobre movimentos rurais nordestinos tidos como marginais, e por muito tempo interpretados como causados pela questão do meio ambiente rude, da formação biológica e étnica devido ao cruzamento de “raças”, Facó veio dar nova luz aos estudos sobre a temática, sendo categórico na sua tese de representar o despotismo dos potentados rurais, como o grande causador desses movimentos e do arcaísmo do nordeste sertanejo. Pois, através dos seus imensos latifúndios, eles iam explorando o trabalhador pobre, marginalizando-o.

Facó inovou nas suas análises por propor a compreensão desses movimentos a partir das causas primárias, como a “vigência da grande propriedade territorial”, obra pré-capitalista.

Sua obra foi produzida em uma época marcada pela discussão em torno do caráter das relações de produção, a consolidação do movimento camponês, o processo de tomada de consciência dos “de baixo” sobre o caráter feudal ou capitalista das relações sociais no campo.

Assim, almejava-se a caracterização e entendimento do que era o latifúndio. O autor voltou à reflexão sobre a concentração fundiária, representando-a como a

causadora dos conflitos no campo. Dessa maneira, nos informa Dutra (2011), ele pretendia compreender a natureza e a historicidade da questão agrária no Brasil.

Facó buscou relacionar o cangaço a questão agrária e de luta por terra, representou esse movimento como um espaço de resistência e de contraposição a ordem social excludente, além de reafirmar a necessidade de mudança na estrutura da terra. Pois, aí estaria a raiz da maior parte dos problemas sociais do nordeste e a semente de toda a desigualdade social, levando a um aumento substancial da pobreza, a miserabilidade e ao agravamento da situação dos camponeses sem terra.

Também denunciou o retardamento nacional quanto à questão da terra, clamando por mudanças. Segundo Facó, os homens e mulheres envolvidos no banditismo e no fanatismo não podem ser reduzidos e representados como meros bandidos desordeiros, o que desqualifica e não problematiza uma perspectiva de contestação da ordem estabelecida de exploração.

Para ele, os bandidos e fanáticos não eram simples criminosos, mas fruto do atraso econômico da região, do latifúndio e do regime de trabalho “semi-feudal”.

Euclides da Cunha já compreendera que o homem do sertão [...] está em função direta da terra. Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê se atenazado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumo certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu. (FACÓ, 1980, p. 30)

Ainda de acordo com o autor, o sistema contribuiu por não dar condições de sobrevivência digna a esses sujeitos, empurrando-os para a criminalidade.

Naquela sociedade primitiva, com aspectos quase medievais, semibárbaros, em que o poder do grande proprietário era incontrastável, até mesmo uma forma de rebelião primária, como era o cangaceirismo, representava um passo a frente da emancipação dos pobres do campo, constituía um exemplo de insubmissão, era um estímulo às lutas. (FACÓ, 1980, p. 38)

Mesmo não sendo um problema específico do cangaceirismo, para Facó a terra era a linha que costurava os conflitos, pois lhes faltava a consciência clara do

objetivo da luta. Facó mostrou-os como guerreiros homens e mulheres que não aceitaram se submeter aos poderosos.

Para Facó, num meio em que tudo lhe é adverso, o homem do campo só podia se revoltar, sem terras, sem ocupação certa, a mais brutal exploração de seu trabalho, revoltaram-se contra as ordens dominantes.

Por isso, para ele, era mais que natural que nessas condições de profunda injustiça, onde a população tinha que viver com a ausência de justiça, analfabetismo, precariedade de comunicações e transportes, baixos salários, o cangaço era uma alternativa de vida.

Quando tudo isso já resultava de uma tremenda desigualdade social, da concentração da propriedade da terra, que dava poder econômico ilimitado a uma insignificante minoria de latifundiários, a grande massa dos habitantes da região não dispunha de recursos normais para viver, nem mesmo a possibilidade de vender com segurança sua força de trabalho, e quando conseguiam, eram por baixo preço. (FACÓ, 1980, p. 33)

Para Facó, o surgimento do cangaço é a primeira réplica a ruína e a decadência do latifúndio, originando cangaceiros como Lampião. Para o autor, Lampião era produto dessa ruína e o que teria originado o seu nascimento era o profundo sistema de desigualdade em que viviam os sertanejos. Portanto, para o autor, Lampião nada mais era do que o resultado desse sistema de exploração.

Esse “meio hostil e arcaico”, segundo Facó, manteve os sertanejos por muito tempo isolado de outras influências culturais, possibilitando o surgimento da figura do cangaceiro.

Para ele, cangaceiros como Lampião, eram vítimas de uma sociedade extremamente injusta, onde a concentração da propriedade da terra, que dava poderes ilimitados a uma insignificante minoria de latifundiários, transformava trabalhadores em bandidos.

Na visão do autor, os sertanejos constituíam a parcela de explorados e oprimidos. O cangaceirismo representou, dessa maneira, elementos ativos de uma transformação que preparava mudanças de caráter social, em uma sociedade estagnada

em processo de putrefação. O cangaço, segundo o autor, colocava a sociedade em movimento, preparando essa sociedade para uma nova época.

Na mesma década de 1960 na Inglaterra, o historiador marxista Eric Hobsbawm, balizado nos novos estudos da História Social Inglesa, também discutiu o banditismo em uma dimensão mais ampla. Sua obra foi importante para a problematização do cangaço na década de 1970. Em seu livro **Bandidos**, Hobsbawm busca discutir o conceito de “bandido social”, um tipo de representação de um “banditismo ideal”.

Para Hobsbawm, como visto no capítulo anterior, os bandidos sociais eram representantes das massas populares, que eram colocados à margem da sociedade e do poder. Eles eram líderes de rebeliões individuais ou minoritárias nas sociedades camponesas, não podendo ser atribuído aos mesmos o rótulo de marginais, pois, para a sua gente, a sociedade camponesa com a qual não rompiam, eles eram considerados heróis, vingadores dos pobres, paladino da justiça. Segundo “seu povo,” esses homens deviam ser admirados, ajudados e apoiados.

“É essa ligação entre o camponês comum e o rebelde, o proscrito e o ladrão que torna o banditismo socialmente interessante e significativo”. (HOBSBAWM, 1975, p. 11). A luta do bandido social era em prol dos interesses comuns, não atentando contra a integridade daqueles pobres que habitavam o seu território.

Agiam contra os senhores, os quais eram vistos como causadores da opressão flageladora da sociedade, como dito no tópico acima. Assim, os bandidos sociais surgiram da insatisfação camponesa frente ao sistema opressor, sendo momentos de pleno florescimento do banditismo, as épocas de pauperismo ou de crise econômica.

Em linhas gerais, o autor representou o banditismo social como fruto das sociedades agrícolas, sendo a maioria dos bandidos camponeses e trabalhadores sem terras, os quais se viam sob o jugo da dominação, da opressão e da exploração por seus proprietários.

Perguntamos: “Qual o papel desses bandidos dentro das lutas de transformação da sociedade”? Para Hobsbawm, enquanto sujeitos individuais, eles se configuravam como camponeses que se recusavam à submissão. Por tomarem tal postura, acabavam por se destacar entre os companheiros do seu círculo social. No entanto, ainda na

perspectiva do historiador inglês, não podemos representá-los enquanto rebeldes políticos ou sociais, ou ainda como revolucionários, pois apresentavam peculiaridades distintas dos rebeldes políticos e dos revolucionários. Os bandidos sociais,

Tomados em conjunto, representavam pouco mais do que sintomas de crise e tensão na sociedade em que viveu, de fome, peste, guerra ou qualquer outra coisa que abale essa sociedade. Portanto, o banditismo, em si, não constitui um programa para a sociedade camponesa, e sim uma forma de auto-ajuda, visando a escapar dela, em dadas as circunstâncias. Exceção feita a sua disposição ou a capacidade de rejeitar a submissão individual, os bandidos não tem outros ideais senão as do campesinato (ou parte do campesinato) de que fazem parte; são ativistas e não ideólogos ou profetas dos quais se deve esperar novas visões ou novos planos de organização política; são líderes, na medida em que homens vigorosos e dotados de autoconfiança, tendem a desempenhar tal papel; mesmo enquanto líderes, porém, cabe-lhes abrir caminho a facção, e não descobrir a trilha mais conveniente. (HOBBSAWM, 1975, p. 18-19)

Percebemos que não se pode esperar do bandido social um projeto político, uma consciência de classe, planos bem arquitetados para promover uma revolução social. Na realidade, eles almejavam com veemência um retorno às tradições. Não queriam promover uma revolução e mudança em todo o sistema, mas proceder a uma melhoria na condição de vida da comunidade, buscando certa igualdade entre os pobres e os ricos.

As análises de Hobsbawm possibilitaram representar esses movimentos não de forma marginal, mas como manifestações que estariam nas raízes das grandes reviravoltas revolucionárias do século XX. Assim, para ele, os cangaceiros não eram criminosos, mas vítimas da sociedade injusta que os produziu.

Especificamente no tocante a Lampião, o autor o categorizou/ representou no grupo dos vingadores, mesmo que não contemple todas as características pontuadas para tal categoria, pois o percebeu inserido em um regime de ambiguidade, aderindo a essa vida para se vingar de afronta sofrida, mas nunca concluindo o ato.

Declara ainda que Lampião não pode se classificar como um verdadeiro bandido social em vista de sua aliança com proprietários de terras. Hobsbawm justifica a violência de Lampião, sob o argumento de que, num certo modo, era involuntária,

pois resultava de severas tensões que marcaram a ruptura social entre o nordeste tradicional e a nova ordem capitalista, que era, portanto, inevitável.

Para Hobsbawm (1975), esses homens são menos desagradadores de ofensas do que vingadores e aplicadores da força; não são vistos como agentes de justiça, e sim como homens que provam que até mesmo os fracos e pobres podem ser terríveis.

Para Hobsbawm, portanto, Lampião não era um bandido social pleno, mas um sujeito que movido pela vingança, mostrou-se ambigualmente o justiceiro ladrão.

Na década seguinte à obra de Hobsbawm, apareceu o livro **Lampião, O Rei dos Cangaceiros**, de autoria do historiador norte americano Billy Jaynes Chandler. O livro é fruto de pesquisas feitas entre 1973 e 1975, para a construção da sua dissertação de mestrado.

Segundo Dutra (2011), este livro foi a primeira narrativa sistemática nessa época, tentando examinar a trajetória de vida do “Rei do Cangaço” sem cair no dilema de exaltar o cangaceiro ou de denunciar que o cangaço era fruto somente da sociedade coronelística atuante durante a primeira República Brasileira.

Chandler (1980) buscou construir uma narrativa biográfica/ cronológica sem esquecer das análises. Sua proposta inicial, ao estudar da infância a morte de Lampião em Anjicos, era buscar separar os fatos racionais das inúmeras narrativas ficcionais, as quais acabavam por nublar as pesquisas históricas e as suas interpretações. Assim, segundo Dutra (2011), a sua dissertação objetivava contestar a representação de ser o banditismo rural de Lampião uma forma de protesto social contra tão atuante sociedade sertaneja.

Tentando entender a admiração e prestígio tidos pelos cangaceiros naquela sociedade, Chandler detectou que “o ponto de vista de que o cangaço era uma reação compreensível embora deplorável, a pobreza e a falta de justiça no sertão nordestino, servia para distinguir, na mente do povo os cangaceiros dos bandidos comuns”. (CHANDLER, 1980, p. 16)

Chandler se afasta de Facó, por este representar Lampião como vítima de uma sociedade extremamente injusta. Para Facó, Lampião foi produto do sistema de

exploração latifundiária e do atraso em que vivia a sociedade rural. Chandler (1980) afirma que não foram só as condições econômicas que causaram o aparecimento do cangaço e geraram bandidos como Lampião, mas devia ser levado em conta a fragilidade das instituições responsáveis pela lei, que ele atribuía como sendo fracas nos sertões nordestinos. Ainda na visão do autor, Lampião nunca desejou alterar a estrutura básica da sociedade em que viveu. Para Chandler, Lampião era um bandido que se aproveitou de uma sociedade extremamente injusta, para explorá-la brutalmente.

Chandler contesta a visão de Facó por este representar os cangaceiros como pobres do campo, segundo o americano (1980, p. 51-52), muitos sertanejos viviam debaixo das mesmas condições sociais extremamente injustas, porém estes homens não recorreram ao cangaço. Ainda de acordo com Chandler, é difícil explicar porque alguns homens se tornam criminosos, enquanto outros, vivendo debaixo das mesmas condições sociais e sujeito as mesmas tribulações, não se tornam criminosos.

O Lampião, visto por Hobsbawm, é um homem que se recusa à submissão, homens que se vêem excluídos da carreira habitual que lhes é oferecida, e que, por conseguinte, são forçados à marginalidade e ao crime. São homens que, diante de um ato de injustiça ou de perseguição, não se curvam docilmente à força ou à superioridade social, preferindo tomar o caminho da resistência e da marginalidade, constituindo-se, dessa maneira, vítima da sociedade. Hobsbawm se aproxima da visão de Facó por eles acreditarem que bandidos como Lampião, eram vítimas da opressão flageladora da sociedade agrícola, e que agiam contra a ordem dominante, sendo vítimas da insatisfação camponesa frente ao sistema opressor em que viviam.

Já o Lampião, construído por Chandler, era um bandido que viveu numa sociedade injusta, mas ao mesmo tempo se aproveita dessa sociedade para viver do crime, tirando proveito próprio, ressaltando sempre os motivos que o levaram a abraçar a carreira do crime. Chandler acredita que Lampião era vítima de uma sociedade injusta, como diz Facó, era fruto do atraso econômico, como sugere Hobsbawm, mas era também um aproveitador dessas condições e que, talvez, tenha sido a junção desses fatores aliados à força, à coragem, e à ousadia, junto com uma boa dose de perversidade, combinadas com sua crescente frustração, que o levou a abraçar a carreira do crime.

De acordo com Chandler (1980), há dúvidas se mesmo a caracterização do bandido social pode ser aplicada a Lampião. A preocupação com a opressão dos pobres e dos fracos pelos ricos e poderosos nunca lhe despertou seu interesse. Ele estava preocupado principalmente com a sua própria sobrevivência, e em sua luta para consegui-la, pedia e recebia a cooperação e favores, não só dos camponeses como também dos ricos fazendeiros e chefes políticos. Por outro lado, se os destinatários dos seus favores ou do seu terror, conforme o caso, eram oprimidos ou opressores, pouca diferença lhe fazia. É, portanto, na visão de Chandler, justificado o constrangimento de Hobsbawm em incluir Lampião na classe dos bandidos sociais, razão porque o deixou na periferia do grupo.

Mesmo com essas representações justificadoras que levavam os indivíduos ao banditismo, para Chandler, Lampião foi um aproveitador da situação de miséria na qual estava inserido. Assim, segundo ele, Lampião não diferia muito dos bandidos oportunistas.

Chandler buscou romper, através de suas análises com as representações unilaterais, que afirmavam serem os fatores econômicos os grandes responsáveis pela gestação do cangaço. Pois eles beneficiavam a poucos e não davam abertura para o desenvolvimento popular.

Para o autor, não foram só os fatores econômicos que possibilitaram o advento do cangaço, mas para a ascensão de tal movimento,

“deveria ser levada em consideração a fragilidade das instituições responsáveis pela lei, a ordem e justiça naquele espaço onde o poder da elite local era mais forte parece, portanto, certo que o aparecimento do cangaço esteja intimamente ligado a esse estado de desorganização social”.(CHANDLER, 1980, p. 27)

Na sua narrativa, apresentou a sociedade sertaneja como desorganizada, e de certa forma, desestruturada de modelos “civilizados”.

Chandler apresentou Lampião como fruto de uma sociedade sem lei e desajustada, apontando aspectos da pobreza, hostilidade, mandonismo e descaso como elementos que propiciaram o banditismo. Assim, era uma terra na qual o Estado oficial não atuava efetivamente. Nessa perspectiva, ele delimitou nitidamente a espacialidade do seu trabalho. “O Brasil tradicional e rural”, de áreas subdesenvolvidas,

do sertão empobrecido e decadente do nordeste brasileiro. Deixando claro o seu intuito em se debruçar sobre tal espacialidade para esclarecer a correlação entre cangaceiro e a sociedade em que viveram.

Chandler foi categórico ao dar sua opinião sobre o cangaceiro, representando-o não como um bandido sanguinário e mal em todas as suas atitudes, como por muito tempo os jornais da época, balizados na concepção de elite, tentaram instituir como verdade absoluta. O Lampião de Chandler (1980, p. 269) era um bandido humanizado e profissional do crime: “há uma tendência na história da humanidade para absolver os homens e as mulheres de seus crimes, se suas ações sobrepujaram as más”. Portanto, as maldades cometidas por um bandido que roubou dos ricos para dar aos pobres, podem não ser esquecidas, mas, certamente, serão obscurecidas.

O comportamento de Lampião não se enquadra nesta categoria, pois embora fosse capaz de atos de bondade, eles não constituíam os fatores predominantes de sua carreira. Contudo, se o célebre cangaceiro não era um Hobin Hood, era, pelo menos, um homem em que o sentimento da bondade humana nunca secou completamente. Apesar das influências brutalizantes de sua profissão, conservou-se um homem normal, com os impulsos de um homem normal.

Chandler buscou analisar o cangaço fugindo de tradições marxistas de Facó, as quais o vinculavam a questão da terra. Também afastou-se de mera descrição factual e ações dos cangaceiros, feitas por Hobsbawm.

Chandler se afasta da visão de Hobsbawm, por este afirmar que o cangaço era uma forma de protesto primitivo, contra uma sociedade injusta. Chandler contesta essa visão, porque, segundo ele, os cangaceiros não possuíam nenhum projeto reformista. Ainda de acordo com Chandler, os cangaceiros, especialmente Lampião, não se preocupavam com os pobres, e sim estavam mais preocupados com a sua própria sobrevivência, e com a de seu grupo. Segundo ele, Lampião nunca defendeu os pobres, e sim se aproveita de uma sociedade injusta para tirar proveito em benefício próprio.

Portanto, Chandler acredita que, nem a existência de um bando anterior a Lampião, nem tampouco nenhuma das prováveis causas do aparecimento do

cangaço, explicam porque Lampião se tornou cangaceiro. Sua história, com todas as suas excentricidades, é toda sua.

Por ironia do destino, Lampião nunca conseguiu cumprir a promessa de vingar a morte de seu pai; talvez, Lampião tenha abandonado a ideia de eliminar o responsável pela morte de seu progenitor, pois logo teve que se preocupar em defender sua própria sobrevivência.

Ou, talvez, Lampião, não procurou cumprir essa promessa porque fez do cangaço seu meio de vida, meio esse bastante lucrativo. Logo, se ele tivesse matado o assassino do seu pai como prometeu, teria que abandonar o cangaço, haja vista que ele entrou para o mundo do crime depois do acontecido ao seu pai, e se ele cumprisse com o prometido, não haveria mais justificativa para a sua permanência no cangaço .

A diferença parece estar na interação dos acontecimentos e condições com o temperamento individual de Lampião, que fez dele o cangaceiro mais conhecido do nordeste, seja pela sua valentia, ou crueldade excessiva. A região nordeste depois dele jamais conheceu ninguém parecido com ele.

E é essa dinâmica de construção e desconstrução de sua imagem através da historiografia, que abriu caminho para a elaboração de uma história que não pára de crescer. Ele é herói de uma história sempre reelaborada, construída e propagada, não somente no sertão, como também em outras regiões do Brasil.

Lampião viveu e realizou ações cuja representação foi deformada e amplificada pelo imaginário coletivo, que fez dele, ora herói, ora ser monstruoso. Isso transparece na literatura de cordel, nos livros que lhe foram dedicados, nos artigos de jornais, nas obras que lhe são consagradas, principalmente, na historiografia.

Essas narrativas tão diversificadas apresentam Lampião ora como um bandido honrado; ora como monstro, sanguinário, inclinado desde cedo ao banditismo; ora como um indivíduo que de início agiu por espírito de vingança, mas que fez do cangaço uma profissão a qual não quer renunciar por causa das vantagens materiais que ela lhe oferecia, recorrendo ao alibi da vingança legítima que ele nunca realizou de fato.

Assim, não podemos falar de Lampião, mas de Lampiões: o da literatura de cordel, honrado e protetor das donzelas; o desonrador de virgens; o bandido mágico que some no meio da caatinga sem deixar vestígios; o homem religioso, devoto de Padre Cícero; a vítima da falta de terras; a vítima das desigualdades sociais e, por fim, o homem múltiplo com várias faces e outras ainda por desvelar pelos cantores, poetas e historiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos evidenciar que, ao longo da história, as sociedades, vão construindo/fabricando discursos e personagens através das representações. Assim, durante esse percurso, os discursos/ representações acabam infiltrando-se no cotidiano, tornando-se, por assim dizer, agentes modeladores da cultura histórica.

Lampião foi uma dessas figuras da história que teve a sua vida e imagem cercadas por constantes contradições. Entrando no cangaço com o intuito de vingar-se dos assassinos do seu pai, Virgulino Ferreira da Silva passou longos vinte anos sendo bandoleiro, moldando o cangaço de tal forma que se tornou um meio de vida lucrativo, dando-lhe prestígio no meio social vivido.

Lampião foi um sujeito que teve sua trajetória de vida cercada por ambiguidades, e, após sua morte, deu-se o início a efetivação da construção de um mito que pretendia exaltá-lo.

Concluimos terem sido a historiografia participe em construir representações sobre o cangaço e seu “Rei”. Essas representações historiográficas almejavam instituir uma imagem acerca dos cangaceiros, quem eram esses bandidos, porque tinham entrado para o cangaço, que elementos contribuíram para a sua permanência no bando.

Após analisar as obras **Bandidos**, de Eric Hobsbawm, **Lampião, o rei dos Cangaceiros** de Billy Jaynes Chandler e **Cangaceiros e Fanáticos** de Rui Facó, concluimos que esses autores tinham visões diferentes acerca dos cangaceiros e de seus respectivos motivos que o levaram a entrar no mundo do cangaço.

Esses autores almejavam compreender as causas que geraram os cangaceiros, passando desde a sociedade em que viveram, as condições de vida dos sertanejos, os conflitos entre famílias pela disputa por terras e por prestígio, assassinatos por vinganças, em busca de se reparar a honra afrontada.

Chandler foi enfático ao afirmar que Lampião era um bandido que se aproveitou de uma sociedade injusta para tirar proveito próprio. Já Facó afirmava que Lampião era uma vítima de uma sociedade latifundiária que explorava sua gente de forma brutal e desmedida. Hobsbawm acreditava que cangaceiros como Lampião, eram sujeitos que se revoltavam contra o sistema opressor em que viviam e que se recusavam à submissão

aos grandes latifundiários e que, por conseguinte, acabavam adentrando no mundo do crime.

Todos concordam que Lampião fora um cangaceiro que se diferenciou dos demais cangaceiros, seja pela sua ousadia, seja pela sua crueldade desmedida, que bandidos como Lampião, nos sertões nordestinos não havia igual. E que quaisquer que tenha sido o motivo que o levou para o cangaço, sua trajetória de vida ficou marcada na história do nordeste brasileiro, como o maior cangaceiro que já tenha se ouvido falar por esses sertões afora.

Uma personagem tão excepcional como Virgulino/Lampião só pode ser compreendida em relação com o lugar de sua origem, de sua vida e de sua carreira, o sertão. Essa região tão particular do Nordeste brasileiro tem características geográficas, socioeconômicas, históricas e políticas próprias que não são estranhas ao surgimento de fenômenos como o cangaço.

Relatar a vida dessa personagem é, antes de tudo, observar como o discurso historiográfico constrói uma história individual na qual o real, o simbólico e o imaginário se misturam, em que o próprio Lampião se torna cúmplice da construção de sua personagem, oferecendo, dessa maneira, perspectivas de interpretação múltiplas. Porém, o comportamento de Lampião impossibilitado de viver uma vida normal e perseguido pela lei, utilizando a violência indiscriminada, onde a crueldade ultrapassou os limites da razão, onde essa crueldade era dirigida expressamente para manter a sua sobrevivência pessoal, e de seu bando. **(Aqui a idéia parece não ter sido concluída)**

Esse parece ser um processo inevitável na vida dos bandidos, qualquer que tenha sido o modo pelo qual saiu fora da lei, quer seja pela causa de injustiças cometidas contra suas famílias, ou no caso de Lampião, por uma série de circunstâncias, nas quais contribuíram, diretamente para a sua vida de meliante. Seja ele vítima ou injustiçado, Lampião parece que nunca aceitou as condições de vida que lhes foram impostas. Porém, recorrendo ao mundo do crime para fugir da vida habitual que o esperava, seja injustiçado ou vingador, Lampião é considerado uma mescla de diversos atributos, vítima, justiceiro, aproveitador, vingador, constituído-se, assim, um bandido ímpar, com várias faces, que a historiografia procurar revelar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras Artes**. 2. ed. Recife: FNJ, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Historiador NAIF ou a Análise Historiográfica como prática de Excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Amo Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o Rei dos Cangaceiros**. Tradução de Sarita Linhares Barsted . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DUTRA, Wesceley Rodrigues, **Nas trilhas do Rei do Cangaço e suas Representações (1922 -1927)**. 2011, Dissertação de Mestrado em História e Cultura Histórica. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira,1980.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1979.

GRUNSPAN, Jasmin Èlise. **Lampião: Senhor do Sertão: Vidas e Mortes de um Cangaceiro**. Tradução de Maria Celeste Franco Faria Marcondes e Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, editora de SP, 2006.

HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**. 2. ed. - Rio de Janeiro, Artenova, 1970.

REIS, José Carlos: **As identidades do Brasil de Varnhagem a FHC**. vol. 1. ed. Fundação Getúlio Vargas, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço**. 5.ed. São Paulo: Global, 1979. (História Popular)

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção História)

